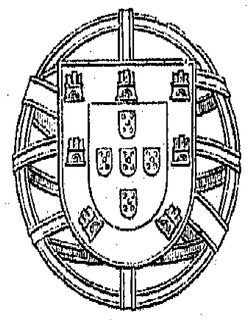
CAPITÃO DE FRAGATA MÉDICO JÚLIO GONÇALVES

373

Seis FORTALEZAS FEITORIAS DA ÍNDIA

Introdução a uma História do Domínio Português no Oriente



TIPOGRAFIA
Liga dos Combatentes da Grande Guerra
LISBOA — 1942

GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book is Cons...
No

PREFÁCIO

A exegése pormenorisada dos fastos da ocupação da Índia pelos Portugueses revela quanto, a despeito das fontes conscienciosamente consultadas, a obscuridade continuou pairando através de uma obra inegàvelmente avultada e dispersa. É que para os orientalistas portugueses, se acaso existem dignos dêsse nome, essas fontes resumiram-se aos nossos velhos Cronistas, compreensìvelmente imputáveis de estreita visão unilateral: Correia, o mais humano, da primeira à última *Lenda*, Barros, o mais douto, da primeira à última *Década* ou Castanheda, o mais verídico, do primeiro ao último *Livro*, narrando das cousas da Índia, nenhum logrou penetrar o seu Passado de milénios, a sua língua irmã mais velha das línguas europêas, a sua religiosidade berço de muitas religiões, a sua filosofia fonte de muitas filosofias. Nenhum, como os que se seguiram, ingleses ou alemãis, a concebeu no seu grandioso conjunto, para a definir com a clamorosa exactidão do epiteto *Mother Índia*.

Se a História, no seu determinismo, é, como a concebemos, um encadeamento de factores psicológicos reagindo ante o condicionalismo do meio, impõe-se ao historiador, antes de extrair da massa eurística a linha filosófica, considerar a personalidade total das Figuras que, sôbre a trajectoria dos agru-

pamentos sociais, intervém com o seu psiquismo, temperado ou deformado pelos imponderáveis do ambiente. Esta a razão porque não logramos conceber a História dos Portugueses na Índia como um mero enumerado de lampejos de bravura, lisongeiros, embora, das fumaças nacionais, sem que dêsse enumerado derive um sentido histórico. Haveremos porém de convir que o historiador que, ao traçar êsse sentido histórico, o reveste da sua emotividade pessoal, alterando-lhe o significado no pendor da sua própria ideologia, serve grosseiramente a meritória solicitude do seu leitor. Êsse é o maior perigo dos historiadores do *«quod volumus facile credimus»*, cujos veredictos, formulados à ligeira no fervor do patriotismo, são menos a resultante dum seguro exame objectivo do que mero produto da sua mesma deformação mental.

Dizia-nos um dia o eminente Professor Consiglieri Pedroso: «É deveras lamentável que, sendo os Portugueses os primeiros Europeus que dominaram na Índia, para lá levando os índices duma nova civilização e religião, fôssem justamente os que menos conhecem a sua História e menos a estudam».

O estudo dessa História não é possível sem o confronto dos coeficientes lusitanos com os indianos, visto que, no decurso de três séculos, foram duas civilizações que se afrontaram até ao quási obscurecimento de uma delas. Haverá pois o historiador de realizar prèviamente o cenário de uns e outros coeficientes, pelo conhecimento objectivo do seu ambiente físico, histórico, etnográfico, social, político, económico, militar ou climático, colocando aqueles no quadro cronológico dêstes como jóias nas cavas do seu escrínio. Na elaboração dos capítulos que seguem tivemos um cuidado apenas: levantar frente a frente as Personagens, opôr as mentalidades como outrora opunham as armas de combate, e deixar que umas sôbre outras reagissem pela lógica do Destino. O historiador, tendo feito assim ressurgir os Figurantes no seu tablado, mais não será que um espectador ancioso — e por vezes surpreso.

Conseguirei explicar ao Leitor Português o interêsse que lhe devem merecer estas narrativas? Duvido. Raramente Êle demora a sua atenção sôbre tais assuntos, mais do que o suficiente para colher a noção superficial, prometedora de êxitos fáceis na ambição material da sua existência.

RESENHA DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS:

George Forrest: *Selections from the Letters, Despatches and State Papers of the Government of India* (obra monumental).
Bruce: *Annals of the East India Company.*
— *Documentos Remetidos (Livro das Monções)* — Edição da Academia, de R. de Bulhão Pato.
— *Tombo do Estado da Índia,* de Simão Botelho.
— *Colecção de Tratados do Estado da Índia,* de J. F. Judice Biker.

Documentos publicados e reproduzidos em:

— *Journal of the Royal Asiatic Society, Bombay Branch.*
— *Journal of the Royal Asiatic Society of Bengal.*
— *Journal of the Bombay Historical Society.*
— *Arquivo Português Oriental.*
— *Chronista do Tissuary.*
— *Oriente Português.*

REFERÊNCIAS DE VIAGENS:

— *Viagens de Ibn Batuta.*
— *Recits de Marco Polo.*
— *Voyages du Sieur Albert de Mandelslo.*
— *Voyage of John Fryer in East India — 1698.* — (Amsterdam, 1727).
— *Viaggi di Pietro della Valle* — Venetia, 1679.
— *Viagem de François Pyrard* — Gôa, 1858.
— *Hakluyt's Collection of Voyages.*
— *Churchill's Collection of Voyages.*

Willliam Forster: *Early Travels in India* – 1583-1619.
Cesare Frederici: *Viaggio nella India Orientale.*
Ludovico de Varthema: *Itenerario* — Ed. 1863.
Ovington: *A Voyage to Surat in the year* 1689.
Niebuhr: *Voyage in Arabia* — 1780.
Julien: *Vie de Hiouen-Tchang.*
Rousselet: *L'Inde des Rajahs.*

ESTUDOS DE HISTÓRIA:

Gerson da Cunha: *History of Chaul and Bassein.*
Id.: *Origin of Bombay.*
J. J. Campos: *History of the Portuguese in Bengal.*
Ramakrisna Bandharkar: *Early History of the Deccan.*
Grant-Duff: *History of the Marathas.*
Altekar: *History of the Ancient Towns and Cities of Guzerath.*
Morse Stephens: *A'buquerque.*
Sir H. M. Elliot: *The History of India as told by his own Historians.*
Abul-Fazl al Allani: *Ain-i-Akbari* (trad. inglesa).
Id.: *Akbarnama* (idem).
Ismael Gracias: *Uma Dona Portuguesa na Corte do Grão--Mogol.*
Kennedy: *History of the Great-Moghul.*
Von Noer: *Kaiser Akbar.*
— *Memoirs of the Emperor Jehanguir.*
James Douglas: *Bombay and Western India.*
Leopold Contzen: *Gôa im Wandel der Jahrhunderte.*
Macaulay: *History of England.*
Goldsmith: *History of England.*
Powel & Tout: *History of England.*

CRONISTAS:

Gaspar Corrêa: *Lendas da Índia.*
João de Barros e Diogo de Couto: *Décadas.*
Fernão L. Castanheda: *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*
Faria e Sousa: *Ásia Portuguesa.*
Duarte Barbosa: *Livro da Índia.*

A CIDADE E FORTALEZA PORTUGUESAS DE CHAUL - 1506-1740

Esta Fortaleza de Chaul com a sua Cidade-Feitoria e o seu inexpugnável Baluarte do Môrro, onde tanto sangue português se verteu — é hoje um nome ignorado de quási todos os Portugueses.

Dos seus fastos se ocupam os ingleses em livros e revistas e dela narraram outróra numerosos estrangeiros que a visitaram, com admiração e louvor.

Ludovico de Varthema, vagamundo ou *observador*, que a Senhoria de Veneza quiçá traria na peugada lusitana, nessas paragens do Malabar, assim descreve em 1504 a rica cidade que, para que fôsse bem portuguesa, os Portugueses haviam cimentado com o cadáver mutilado do filho dilecto do seu primeiro Vice-Rei:

Partindo de Cambaya, cheguei a uma cidade chamada Cevul. O seu rei é pagão e o povo de côr morena e instinto combativo. Esta cidade é excelentemente fortificada, possui um belo rio e pôrto demandado por numerosas náus estranhas.

Há muitos comerciantes mouros. A justiça é bem administrada.

O rei tem numerosa tropa, possuindo artilharia, e os habitantes têm cavalos, vacas e carneiros em grande abundância.

Não diferem muito das impressões de Varthema, as que em 1563 colhe na sua visita outro veneziano de categoria, César Frederici, que já constata a ocupação dos Portugueses em 1509: *Há duas cidades,* diz o veneziano, *uma pertence aos mouros e outra aos Portugueses. Esta, que comanda a entrada da Barra, é magnìficamente fortificada. Nenhuma náu pode alcançar a cidade mourisca sem passar sob o fogo dos canhões portugueses que dos seus castelos podem fàcilmente afundá-la.*

Mais ou menos semelhantes no descritivo, outros viajantes percorrem Chaul. Em 1584 são três ingleses: Fitch, o joalheiro William Leeds e o pintor James Storey, parece que enviados pela Inglaterra a colher informes. Storey chega a Gôa e faz-se monge num dos inúmeros conventos da cidade-capital. Leeds coloca-se ao serviço de Akbar, o grande imperador mogol. Só Fitch regressa a Londres, onde narra a sua acidentada viagem. Em tempos mais próximos, o italiano Pietro della Valle, de 1623 a 1625, visita Chaul duas vezes. Em 1666, cento e cinqüenta anos após a nossa ocupação, ainda a descreve dêste modo o viajante francês Thevenot: *La ville est bonne et défendue par une forte citadelle qui est sur le cime d'une montagne, appelée par les Européens il Môrro de Ciaul.* E decerto não é já preciso, para melhor conhecimento do local, citar os nossos Duarte Barbosa ou Castanheda, Barros, Gaspar Corrêa ou Faria e Sousa, — que êstes, por certo, nos são suspeitos na narrativa do Oriente que foi nosso.

Mas não é da luta nem da ocupação portuguesa, apenas, que data a história de Chaul. Por ela passára Marco-Polo duzentos anos antes, como mais tarde o nosso Fernão Mendes Pinto e quiçá o celebrado Ibn-Batuta. Situada em invejável situação ao centro do litoral poente da Península Indiática, porta rasgada sôbre o Oceano e nele desaguando as mercadorias do

rico Deccão, — Chaul era desde tempos imemoriais notada e referida pelos grandes exploradores e guerreiros da região, na antigüidade como na Idade-Média.

Na sua *Skanda-Purana,* que datará pelo menos de mil anos antes de Cristo, já os velhos indús a conheciam por *Champavati,* capital de um dos muitos reinos em que se iam fragmentando os primitivos impérios de formação post-védica. Era a milenária Champavati, na sua topografia exacta, a nossa Chaul seiscentista? Decerto, não. Nem mesmo o seria a *Chymola* da geografia ptolomaica, que Arriano conheceu cento e cinqüenta anos antes da nossa era, a mesma *Chymolo* que o muito citado Huen-Tchang, peregrino chinês, que pelo Tibet descera rebuscando as reliquias do budismo, descreveu nas suas memórias do século VII, como ostentando 360 templos e 360 piscinas. Estas cidades mercantis do litoral malabarino, Chaul como Taná, como Surrate, como Gôa ou Calicut, datam de tempos imemoriais, coevas das migrações arianas. Foram centros de permuta e de prazer de soberanias que através de milénios se sucederam, e de raças que atròzmente se digladiaram pela sua posse: velhos palestinos ou mesopotâmios, drávidas, arianos védicos, romanos e gregos, mahometanos do sultão Gazni, indús do Deccão, mogois, portugueses, holandeses, franceses, mahratas e anglo-saxões.

O piloto que *El-Rei de Melinde,* o sultão árabe da costa oriental africana, emprestou ao seu amigo Vasco da Gama para a travessia do Índico, por certo bastas vezes refizera essa viagem de rumo directo, como ainda hoje a fazem os *pangaios,* para os fundeadouros do Sul da península. E êsse simples pormenor, fazendo com que os Portugueses alcançassem, não as opulentas margens do Industão, mas apenas a faxa deccanica, árida e porventura menos civilizada, orientou em diverso sentido o início e o destino do nosso Império.

Dois séculos mais tarde os ingleses compreendiam, com a sua excepcional visão política e mercantil, êste princípio que formularam: *Quem dominar o Norte, acabará fàcilmente por possuir o Sul. A inversa será sempre uma utopia.* Atrás dessa utopia correram de facto Portugueses ou franceses — e êsse defeito de intuïção política, que nos Portugueses foi apenas defeito da sua visão de conjunto, mais filha da época que de atrazo mental, facilitou a ruína dos seus projectos. Quais projectos? Esta pregunta resume o segundo êrro, e êsse maior ainda, que gerado nas flutuações de opinião dos monarcas, encontrou defensores esforçados nos primeiros cabouqueiros do Império, tais como o Capitão-mór João da Nova ou o 1.º Vice-Rei D. Francisco de Almeida, dizendo aquêle: *El-rei Nosso Senhor não nos mandou a conquistar terras mas si a fazer boa prêsa nas náus imigas.* E escrevendo êste ao Monarca: *Quantas mais fortalezas tiverdes mais fraco será vosso poder.*

A primeira notícia de Chaul encontram-na os Portugueses no cruzeiro de D. Lourenço espiando a esquadra que o sultão do Egypto enviava à solicitação instante do Samudri-Raj (Samorim) de Kalikodu (Calicut). Cometera o jovem capitão e *galantuomo* o êrro de penetrar num rio cujo leito, atravessado por um baixo, inçado de estacadas e sugeito às flutuações das marés, não facilitava a manobra. Narra o cronista que por um bramane que levou um cacho de bananas à guisa de introdução, houve notícia da próxima chegada da esquadra mahometana sob o comando do Emir Hussein (Mirocem). Essa notícia chegára já por várias vias locais — e ninguém lhe dava fé. Quando o inimigo surgiu, ainda houve quem o tomasse por Afonso d'Albuquerque que ao tempo operava no Pérsico. Só um homem se alevantou dizendo: *Estes Alboquerques que entrão nom trazem cruzes nas velas mas trazem bandeiras de Mafamede.* E pedindo a um môço

uma sáia de malha, retrucou para os que dêle zombavam: *Senhores, praza a Deos que oje n'este dia eu só seja o zombado.* O que foi o desastre da Armada e a morte gloriosa do seu Capitão-mór, todos contam — e todos hoje o sabem. E assim entrou Chaul, tarjada de luto, na epopêa de Portugal.

Vingada a morte do Filho dilecto em violenta peleja, o Vice-Rei desceu a costa assolando-a a ferro e fogo. E em Chaul, entrou a barra até à cidade, levando em troféu as náus dos *rumis,* para que as vissem com seus olhos as gentes do Digar. A nova do destroçamento da frota do Emir chegára célere à côrte de Ahmednagar, capital do Nizam El-Mulk (Nizamaluco). Na côrte do Nizam, como nos *divans* e *saramas* de todos êsses sultões e rajás, a vinda de Hussein era a esperança de «lançar da Índia» os *Faranguis.* Mas o Nizam andava também em velho ajuste de contas com os seus vizinhos do Sul e do Norte, o Adil-Khan de Bijapur (Hidalcão) e o sultão do poderoso Guzerate (El-Rei de Cambaia). E havia mais: havia a velha história dos cavalos, que a par dos elefantes, constituiam a tropa de élite de todos êsses príncipes em constante guerrilha. Os cavalos vinham da Arábia, porque os não tem a Índia. E quem fôsse senhor do mar e da sua navegação, era também senhor do comércio dos equídios. Autocrata tolerante e hábil político, o Nizam apercebeu-se de que a amizade lusitana era um trunfo decisivo no seu jôgo de supremacias. Os portos do litoral só tinham, para êsses soberanos do *hinterland,* o valor diminuto dos direitos da aduana. Os Portugueses, violentos e implacáveis no mar, eram até à data, pouco exigentes em terra: uma feitoria minúscula, fortificada ou não, alguns *pardáos* de páreas — e tinha-se um amigo valioso e seguro. E o Nizam mandou logo tornar efectiva a proposta já feita a D. Lourenço de pagar as páreas, concedendo local para uma feitoria, desde que em troca obtivesse paz e amizade

e seguro de importação... para uns tantos cavalos. E o Digar, por ordem do seu soberano, desfêz-se todo em presentes e salamaléques, variados refrescos e mais: setenta *rumis* bem atados de pés e mãos para que logo fôssem belamente enforcados. Porque, decerto se o Vice-Rei perdera a batalha, o Digar com os mesmos salamaléques e refrescos, teria mandado ao Emir, não setenta, mas cento e setenta portugueses, atados de pés e mãos...

E largou então o Vice-Rei para Cananor e Cochim, onde assistimos ao espectáculo desprimoroso das suas rivalidades com o Terribil—até à tragédia da Agoada do Saldanha onde acabou os seus dias.

Mas Chaul ficou. O Nizam não voltou atrás. E em 1516, morto Afonso d'Albuquerque, Lopo Soares começa a construção da feitoria, mal defendido pardieiro, que simbòlicamente assegurava o domínio da barra.

Êsse domínio pensou logo, em 1521, torná-lo efectivo o Governador Diogo Lopes de Sequeira, que El-Rei muito incumbira sôbre fortaleza em Diu. Mas sôbre Diu levantava-se o poder do Guzerate, e para combater o Guzerate haviamos mistér de uma base próxima. E considerando o pardieiro do seu antecessor, Diogo Lopes vislumbrou o local para essa base. Mandado Fernão Camelo pelas licenças, o Nizam confirmou: fortaleza e dois mil *pardáos* em ouro de páreas, contra quatrocentos cavalos de Ormuz por ano; no mais, paz e amizade, salamaléques e refrescos. E logo Diogo Lopes contratou a pedra, fêz uma *tranqueira* forte com «*palmeiras cortadas e grossa madeira*», desembarcou artilharia, e em pouco tempo tinha dois cubelos e uma tôrre de menagem, com grossos muros para a banda do rio. E o tratado de paz e amizade que o Nizam mandava concertar pelo seu enviado e governador local Latif-Khan (Lateficão), a ambos

aproveitava, pois ambos, o Governador como Êle, Nizam El-Mulk, contra os mesmos inimigos pelejavam: ao Norte o Sultão de Guzerate, ao Sul Adil-Khan.

A erecção do fortim, presupondo um domínio territorial, muito embora simbólico, não deixava de contrariar a Moirama, tanto o Cheik do logar, manobrado pelos árabes, como aquele Malik-Eyaz, o inteligente e velhaco senhor de Diu. Aga-Mahomed capitaneando uma frota surgiu a opôr-se a que os Portugueses se assenhoreassem de cidade tão rica e de tanto poderio marítimo. Tudo embalde. Malik foi destroçado por Diogo Fernandes de Beja, que em seguida batia Aga-Mahomed em brilhantíssima peleja, em que ganhava a vitória — e perdia a vida.

Não bastava porém o Forte para assegurar o senhoriamento da barra. Da banda do Sul, a terra prolongava-se num promontório de basalto, sobranceiro ao mar e dominando a entrada do rio. Neste promontório, que os indús denominavam *Korlê* e os Portugueses *Môrro,* tinham os Mahometanos um fortim, já soerguido sôbre qualquer construção defensiva dos indús, — reconhecendo assim todos o excepcional valor da posição. No decurso dos combates com as fustas de Malik-Eyaz, resolveu Diogo Lopes, a conselho dos Capitães, mandar fazer neste outeiro *huma torre de hum sobrado,* para senhorio da barra e protecção das náus fundeadas no pôrto. Em 1521, o Môrro estava ocupado e nele trinta homens sob a capitania de Pero Vaz Pormão.

O Baluarte, espraiando a vista pelo oceano e pelo rio, fazia boa vigia. E logo Aga Mahomed resolveu dar nele. Pela calada da noite 400 homens desembarcaram na praia e guiados através do mato cairam de súbito sôbre os nossos trinta, trucidando-os. Mas dado o rebate, acudiram da Fortaleza e das Galés, escorraçando os assaltantes, que de 400 só reembarcaram na praia cinqüenta.

Chaul tornava-se assim, com o andar dos tempos, o *chief-place,* cabeça do domínio português no Malabar, política e estratègicamente superior a Gôa e Ormuz. A sua situação privilegiada na Costa, o seu clima, a sua opulência, a sua ligação com os Estados mais ricos e poderosos para além dos Gattes, vasadouro natural dos sete-caminhos do Oceano, faziam dela a base intermédia de abastecimento e apôio que Diogo Lopes visionara, e nas suas ásperas lutas com Cambaia, Nuno da Cunha, Martim Afonso ou Heitor da Silveira utilizavam. Nela assumiu Vasco da Gama, na sua terceira viagem, o seu titulo de Viso-Rey e Almirante do Mar das Índias, e nelas deixou por Capitão aquêle integérrimo Cristovam de Sousa, cuja voz áustera se fez ouvir, isolada, em defesa dos direitos do esbulhado Governador Pero de Mascarenhas, contra os quais trabalhára a perfídia do Vedor Afonso Mexia, em extremos de o ter preso com ferros no porão duma nau.

Doutros episódios dignificantes ilustra-se a história de Chaul, quer na defesa da nossa soberania quer no auxílio prestado a outras operações em curso. No segundo cêrco de Diu, sabido é como D. João de Castro sacrificava um após outro os seus Filhos *por cada pedra daquela Fortaleza.* Mas êsses tempos de outrora eram justamente como os de agora: algo mais era mistér, além de espadas heróicas. Êsse algo, debalde o buscava D. João de Castro — que encontrára os cofres de Gôa exaustos da pilhagem de Martim Afonso de Sousa, — empenhando as barbas ao Senado de Gôa e implorando o socorro da rica Chaul que dava tudo: gente, armas, cavalos, navios e até as arrecadas e pulseiras de ouro das suas Donas. E não fugiremos de transcrever a carta que uma dessas Donas dirigiu ao Governador enviando numa *boceta* tôdas as jóias que tinha:

«*Senhor, eu soube como as molheres de Chaul tinhão offerecido a V. Senhoria as suas jóias para a guerra. Ainda que eu me achasse em Gôa, não quiz perder a parte da honra, que me d'ahí cabe. Por Catherina minha filha mando as minhas jóias a V. Senhoria. Não julgue em quão poucas são as que póde haver em Chaul, porque lhe certifico que eu sou a que menos tinha. E creia V. Senhoria que só das jóias de Chaul pode fazer a guerra dez anos sem se acabarem de gastar. E a mercê que peço a V. Senhoria he gastar logo estas minhas na ida do Senhor D. Alvaro, porque eu espero em Nossa Senhora que haja elle tamanhas victorias que se escuse a ida e trabalhos a V. Senhoria. Isto peço em minhas orações e assim que acrescente a vida a V. Senhoria e o deixe ir a Portugal deante dos olhos da senhora sua molher e filhas. Escrita em Gôa nas casas de D. Maria minha filha, hoje onze de junho. Minha filha Catherina empenharei se fôr necessário para o serviço de V. Senhoria*».

Para êsse *essor* de Chaul não pouco concorria a côrte do próprio Nizam, grato aos Portugueses e grato sobretudo ao seu valido Simão Peres, um *renegado* que abraçara o islamismo, mas que através da sua apostasia conservara a fibra patriótica, velando pelos Portugueses. E assim em paz viveu Chaul e morreu o Nizam, até 1570 da nossa era.

Ao jovem Nizam El-Mulk II faltavam-lhe a têmpera do Pai e o conselho do *renegado* Simão Peres, morto em combate com as hostes de Adil-Khan.

O espectáculo das intrigas, egoísmos e ambições desenfreadas em que lentamente se afundava o Império, facilitou a primeira coalisão contra o nosso domínio. Nela entravam o Adil-Khan de Bijapur, o Samudry de Calicut e o novo Nizam. Na côrte do Nizam havia a tradição da amizade portuguesa e, certo, o jovem El-Mulk conservar-se-ia estranho à coligação, se não

fôsse a espinhosa questão do Baluarte do Môrro, que muito importava fortificar para segurança nossa, mas que Ahmednagar via com maus olhos, como restricção à sua soberania. Trabalhado pelo ciúme da Moirama, e emquanto o de Bijapur caía sôbre Gôa e o Samudry sôbre Chale, o Nizam mandava Farat-Khan com vinte mil peões, oito mil cavalos e 26 elefantes, pôr cêrco a Chaul. Na capital do Império a emoção foi considerável, e, em conselho, o Senado com o Arcebispo opinaram pelo abandono da posição. Mas à testa da governação estava essa figura intrépida — que em Portugal mal se conhece e de quem falarei um dia largamente: — o Vice-Rei D. Luiz de Ataíde, Conde de Atouguia; e no firmamento dos últimos e valorosos Capitães, brilhava ainda como Capitão de Chaul o vulto esforçado de Ruy Freire de Andrade. A fortaleza, a despeito das muralhas, era o que o historiador Lafitau chama «*un misérable bicoque*». Confirma-o o diálogo entre o Nizam e o seu general, em que aquele censura Farat de não saber tomar *êsse estábulo de animais,* retorquindo-lhe o guerreiro:

— *Senhor! Êsses animais eram leões...*

Contra o *estábulo* multiplicam-se as fôrças da coalisão, que chegam a um total de 150 mil homens com 20 mil cavalos e setenta bôcas de fôgo. Com os reforços vindos de Gôa, a resistência mal conta dois mil homens. Mas se dos Portugueses que mercadejavam na Chaul mourisca havia os que mais cuidavam da sua riqueza que da honra nacional, outros na Fortaleza batiam-se, na verdade, como *leões,* vendendo cara a vida. A luta durou meses, com revêses de parte a parte; mas as perdas dos sitiantes eram, ao fim de cada combate, avultadas. Em 29 de Junho de 1571 o Nizam ordenou um último e furioso ataque, ao qual heròicamente resistiram as escarmentadas fôrças de D. Francisco de Mascarenhas: não havia maneira de desalojar do «estábulo» do Nizam, os «leões» de Farat-Khan. Cançadas, ambas as partes ambicionavam a paz. E a paz fez-se. Da coalisão, o Nizam retiráva de Chaul e Adil-Khan de Gôa — para novamente se defrontarem, como adversários que sempre haviam sido.

Em Chaul, a era da decadência espreita a cidade amolecendo no conforto e na pusilanimidade dos seus ricos mercadores, portugueses, nativos, frades e judeus. As lutas intestinas entre vaidades arrogantes e a incontinência de costumes são tais, que levam em 1600 Filipe II (I de Portugal) a ordenar ao Vice-Rei Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, que ponha côbro a um tal espectáculo. É nesta fase que visita a Cidade o francês François Pyrard, que narra: *A cidade e a Fortaleza de Chaul diferem doutras pela sua extrema riqueza e abundância de valiosos artigos. De tôda a Índia e de todo o Oriente acorrem os mercadores. Mas o seu principal comércio é o da sêda, superior ao da China, em quantidade bastante para provêr os mercados de Gôa e de todo o Industão*».

Não ficaram por aí as amarguras dos Portugueses de Chaul. No declinar do século, novamente as gentes do Deccão, incitadas pelo poderio do Grão-Mogol, cercam a Cidade e a Fortaleza, batendo-as encarniçadamente do *Môrro,* onde haviam logrado construir sólidos redutos. Heróica resistência lhe é oposta por 1.500 Portugueses capitaneados por Álvaro Abranches. Nos repetidos encontros e sortidas em que os Portugueses se lançam, notam-se já, mais uma vez, a tática e a bravura das tropas nativas que, em defesa das Quinas, lutam corpo-a-corpo. Após um enérgico assalto, o *Môrro* cai em nosso poder. Doze mil inimigos (no dizer do historiador mahometano, e 60.000 no dizer de Faria e Sousa) são postos fora de combate. O seu chefe é aprisionado e converte-se ao cristianismo e uma sua Filha enviada para Lisboa.

Novamente Chaul volta à paz, coberta de louros, e aos seus habitantes são concedidos direitos e regalias de cidadania lusitana, que só os de Gôa possuiam.

Não logravam pois os sucessivos assaltos do Nizam, do Grão-Mogol, do Guzerate, do Cheik e habitantes da mourisca Chaul de Cima, vencer a indómita resistência, o amor à terra, dos Portugueses de Chaul. Mas a era dos capitães esforçados ia passando. Os homens que haviam feito a Índia, morriam de velhos, esquecidos de El-Rei, mal compensados do seu esfôrço. Os seus descendentes desdenhavam das pelejas, fazendo das espadas mero ornato de galanteria, vivendo de fortunas amontoadas nem sempre de mãos limpas. E para tudo absolver, uma multidão de frades de tôdas as Ordens, de todos os graus, traficava com as superstições do povo, debilitando o crédito da Nação no espírito do gentio revoltado.

Foi quando, no primeiro quartel do Século XVIII, uma nova fôrça indómita e selvagem se levantou na Índia, de armas na mão contra os seus amolecidos dominadores, fôssem êles os supersticiosos rajás do Deccão, o opulento Grão-Mogol de Delhi, os operosos ingleses de Surrate ou os vaidosos Portugueses de Gôa. Êsse poder que descia das montanhas dos Gattes onde alcandorara fortalezas como ninhos de águias, e invadia a planície como alcatéia de lobos — eram os Mahratas de Sivagi-Ráo.

Por essa época, sôbre o Império Português desabava uma série de infortúnios. No último quartel do Século XVII, surgem nos mares da Índia, roubando o nosso comércio e desapossando-nos das nossas feitorias, dois inimigos que o andar dos tempos habilitára, e a usurpação filipina e a política da Restauração desencadeavam contra nós: holandeses e ingleses.

Sacudidos os primeiros em luta aberta, em que o valor português, agonizante, ainda se afirmou em últimos lampejos, — não nos foi possível fazer face á política de captação e intriga dos segundos. Para maior escarmento, haviamos praticado o acto generoso, — generosidade do coveiro que cavasse a própria sepultura — de entregar Bombaim, facilitando aos nossos adversários, anciosos por haver às mãos a nossa herança, uma base donde haveriam de despedir golpes de camartelo sôbre as muralhas vetustas da dominação portuguesa. Dessa tragédia de Bombaim, entregue de mão beijada, falarei ao diante e farei a sua história para edificação de muita gente.

Sugestionado pelos ingleses, que tentavam desviar sôbre as nossas posições os golpes com que os ameaçava a êles, Sivagi, já na posse de Chaul de Cima que arrancara ao Grão-Mogol, tenta várias vezes apossar-se da cidade portuguesa. Os Portugueses resistem sempre, com pouca gente, heròicamente. Resistem às invasões do Mahrata, resistem aos ataques sem objectivo do tresloucado Sidi, às ameaças de Aurengzeb, o intolerante e combativo imperador mogol, às piratarias do Angriá com a sua frota, às depredações dos Bounsulós com os seus bandidos: só não logram resistir à amizade britânica. Os mahratas cercam simultaneamente Gôa, Chaul e Baçaim. Esta infeliz e escarmentada praça rende-se logo, após *duzentos e poucos anos* de dominação portuguesa. E colocado na dura alternativa de evacuar uma cidade para salvar outra, por arbitragem do capitão inglês Inchbird, o Vice-Rei D. Pedro de Mascarenhas, Conde de Sandomil, entrega Chaul para salvar Gôa.

São como um epitáfio, lapidares, as seguintes palavras dum cronista da *Bombay Quartely Rewiew*: «*Os mahratas, convidados a apresentar as suas condições, assumiram o tom altivo de conquistadores orientais, e trataram os humildes portugueses com indescritível desprêso. Todavia, o capitão Inchbird, autorizado pelo Govêrno de Sua Magestade a advogar a causa dos portu-*

gueses, obteve, para estes, condições favoráveis e induziu o seu desdenhoso inimigo a mostrar mais indulgência».

Em 14 de Janeiro de 1740 foi assinada a paz entre o Mahrata Baji-Ráo Peshwá e o Vice-Rei Conde de Sandomil, com a entrega de Chaul e Mahim. Debalde se revolta o povo da cidade, cristão e Português, tendo à sua frente os frades de cruz alçada. O capitão Inchbird indigna-se e classifica êsses Portugueses de *inqualificáveis vilões.* Chaul ficou de refens em mãos inglesas. O Vice-Rei respirou... E o cadáver de D. Lourenço estremeceu na vasa do rio onde submergira havia dois séculos.

O rio de Chaul tem uma barra aberta para o N., de largo acesso, fazendo um fundeadouro bem abrigado contra as Monções do Sudoeste. A fortaleza está situada numa culminância da margem N., figura geométrica de quinze lados, cujos ângulos são protegidos por onze bastiões e quatro redutos ou tôrres. Quási ao centro fica a Tôrre de Menagem, elevada e sólida, outróra bem artilhada e cujo fogo varria o horisonte, ao largo. Os bastiões têm, todos, nomes de santos, que ainda se descortinam: S. Domingos, S. José, S. Francisco, S. Jerónimo, S. Luiz, S. Pedro, S. Paulo, S. Jacinto, S. Diniz e Santa Clara. As muralhas atingiam trinta pés, com plataformas interiores donde se dominava o pôrto. O armamento consistia em trinta bôcas de fogo, grossos canhões, bombardas, basaliscos, etc. A fortaleza abria por duas grandes e magestosas portas: a *Porta do Mar* e a *Porta da Terra,* também chamada *Porta dos Casados,* certamente porque por ela saíam a pernoitar na cidade os que tinham família. As portas tanto no exterior como no interior, eram profusamente ornamentadas de emblemas e dizeres quer dos Reis de Portugal quer dos Capitães, em épocas e estilos diferentes, e nos quais a esfera armi-

lar, a Cruz de Aviz e o escudo das quinas aparecem sempre.

Dentro do recinto fortificado, como fóra dêle, muitas construções de que ainda restam vestígios notáveis, eram destinadas aos serviços públicos, a começar no que se chamava o *Castelo,* destinado à residência do Capitão, tendo ao lado o *Tronco,* a alfândega, os armazéns, etc. A Fortaleza prolongava-se pela Porta da Terra num campo fortificado chamado *Campo de S. João,* defendido por trinta peças de fogo.

Mas a magnificência a que chegára a primitiva Feitoria, hoje Fortaleza e Cidade, estava os seus templos. A velha *Champavati* ou *Chymola* indú, dos 360 pagodes e 360 piscinas, encontrava digna sucessora na lusitana Chaul de igrejas e conventos. Era, antes de mais, a Sé Matriz ou Catedral, construção de 1534 sob o orago de Nossa Senhora do Mar, anexa à qual se via a Misericórdia, instituïção metropolitana que os Portugueses levavam a tôda a parte, com o seu *Esprital* (Hospital) e a sua Capela. O Hospital de Chaul, instituïção puramente castrense, precursor longinquo do nosso Hospital da Marinha, era anterior a 1546, data em que para êle foram evacuados os feridos do segundo cêrco de Diu; o seu pessoal compunha-se de um *físico,* um *sorgião* e um *barbeiro,* com vencimentos de *666 pardáos, 3 tangas* e *20 reis.* Defrontavam a Sé Catedral, a *Igreja* e *Convento de S. Paulo,* dos Jesuitas, no mesmo estilo de tôdas as construções da Companhia. Ao voltar da rua direita topavam-se a *Igreja* e o *Convento de Nossa Senhora da Graça,* da Ordem dos Agostinhos, tendo próximo a *Casa do Ouvidor,* tribunal de justiça. Ao fim da mesma rua ficavam a *Igreja* e o *Convento de Santa Bárbara* da Ordem dos Franciscanos, coeva da ocupação, fortificada, e notável pelo papel desempenhado nos cêrcos de Chaul. Para a banda do poente eram a *Igreja* e *Convento de Nossa Senhora de Guadalupe,* da Ordem

dos Dominicanos, com os seus famosos prègadores. Extra-muros havia ainda as *Igrejas de S. Sebastião, de S. João* e de *Madre Deus*, filiais das de Goa,—sem contar inúmeras capelas, e ainda a *Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo,* do Baluarte do Môrro. Tinha pois Chaul nove templos com os conventos das respectivas Ordens, todos mais ou menos estabelecidos na primeira metade do Século XVI.

O que resta hoje da esforçada e opulenta Chaul de outróra?

A desolação e a ruína. A vegetação exuberante dos trópicos invadiu as suas praças. Raízes de grandes figueiras índicas, ou a hera desapiedada, penetraram pelas muralhas abandonadas, deslocando pedras seculares, derrubando edificios históricos, A areia subiu a cobrir do seu lençol espesso pedras esculpidas e armoriadas. Baluartes onde o sangue lusitano foi vertido em luta agreste ou onde simplesmente brilharam as lâminas das espadas de *ambalas mãos* ou tiniram as armaduras, são hoje devastados por uma população miserável, que constroe as suas choupanas arrumando três paredes de barro á muralha secular dalgum palácio ou convento. Uma lápida sepulcral dalgum capitão, com as suas armas gravadas, serve a afiar navalhas a algum barbeiro sertanejo. Colunas de granito fazem de suportes nos *bungalows* de modestos residentes ingleses ou comerciantes indús. Peças de artilharia foram arrancadas e encontram-se espalhadas por habitações particulares, ou jazem ainda, enterradas na areia.

Nada, porém, tão sugestivo da miséria a que tudo chegou, como uma grandiosa figura de guerreiro, de elmo, cota de malha e Cruz de Cristo, que sobremontava a muralha, do exterior, e que uma inscrição meio apagada nos dizia tratar-se de El-Rei D. João ou D. Sebastião. Emergindo das ruínas, decorridos hoje

quatro séculos, a estátua é considerada como um ídolo bramânico pelo gentio que, na prática do seu ritual, besunta-lhe a face de pedra com óleo de côco, pintalga-lhe o elmo de vermelhão e faz-lhe oferendas diárias de arrôz e fiadas de jasmins. «*Que a figura de um dos Reis de Portugal, que outróra usou do seu poderio e gastou milhões do seu tesouro para abolir a idolatria na Índia, sirva de objecto às superstições idolatras dos descendentes dos seus antigos súbditos, tal é na verdade o mais humilhante dos revêzes* — diz meu tio, o historiador Gerson da Cunha, que visitou e descreveu Chaul nos meiados do século passado — *Nativos de Chaul ou de Gôa, como na idade-média os habitantes da Grécia ou de Roma, acharam mais fácil e mais barato servirem-se de velhos mármores gravados de preferência a talhá-los novos. Infelizmente, ao contrário dos actuais habitantes da Cidade Eterna, ninguém lhes ensinou o valor incalculável dessas pedras.*

Os habitantes cristãos da velha Chaul portuguesa ou emigraram em massa refugiando-se em Gôa, sempre ao abrigo das quinas portuguesas, ou, os mais pobres, deixando-se ficar esquecidos nas choupanas isoladas do mato,—exibem ainda, aos olhos dos forasteiros, velhos pergaminhos de fóros e concessões feitas aos seus antepassados pelos Capitães de Chaul.

Onde o Português passou outróra, uma onda de gratidão e bemquerença se espraiou sempre, com marcos indeléveis, nestas paragens do Oriente: Chaul ou Colombo, Malaca ou S. Tomé de Meliapur,—ao contrário dos seus sucessores, holandeses, mahometanos ou ingleses da East Índia Company.

M A S C A T E

Albuquerque e os Sultanatos do Oman 1507—1659

Largando do termo avançado de Socotrá, — cujo abandono por parte de quem tanto se esforçava por dominar as «Bôcas do Estreito», é um dos muitos enigmas da nossa história, — Albuquerque, fugindo ao *regimento* que o mandava estar às prêsas, inflectiu subitamente para nordeste, investindo como um novo *flagelo de Deus* contra a série de posições da costa omanica, longo rosário de contas do islamismo ibahdita, onde fervilhavam as turbas irrequietas da moirama. De posse das confidências do seu piloto Omar, decidira cortar as pontes de ligação entre a economia dos altos califados mediterrânicos e o inesgotável alfôbre de riquezas que se estendia das bôcas do Indus até ao *far east* do que curiosamente chamamos *o Maluco.*

Aos biografos do *Terríbil,* mais preocupados com os factos do que com as suas determinantes, escapou sempre contar suficientemente com dois traços fundamentais, no cômputo total da sua estranha personalidade: a sua perfeita visão do complexo económico de todo o Oriente e o seu profundo conhecimento da mentalidade musulmana, que fazia dêle o primeiro dos nossos orientalistas e o habilitava a tratar as gentes da

Índia com o tacto que só teve paralelo num Dupleix ou num Clive, seus discipulos. «*Albuquerque with a lynx-eye had surveyed the whole map of the East*» diz um jovem historiador oriental. Era o velho capitão-mór dêsses que sabiam observar e catalogar no seu cérebro os dados da realidade, recorrendo a-propósito a essa espécie de fichas mentais. Em Arzila, servindo na sua juventude o plano da conquista e ocupação marroquinas ou na frota da coalisão cristã em Taranto, batalhando contra o poder inexpugnável de Bayezid II, Albuquerque fizera, mais que a guerreira, a sua aprendizagem política. Mais que o seu ardimento belicoso, puzera a sua sagacidade na conquista dum império, avassalando-o aos designios económicos da sua nação. Um tal projecto ninguém o concebera mais ousado no Oriente, nem Alexandre desanimando nas margens do Hyphasis (Bias), nem o Grão-Mogol enovelando-se na indolência filosófica e sensualista dos seus imperadores. Foi êsse o projecto que, desmantelado pela inepcia dos seus sucessores, dois séculos mais tarde o retomaram em suas mãos, os espíritos também combativos e sagazes de Robert Clive e Warren Hastings.

Esta costa da Arábia Feliz, onde o Mar de Oman tempéra a fornalha do Deserto, tem a sua história. Desde a invasão sabeana (etiópe ou abissínia), que primitivamente se infiltrou em tôda a costa do noroeste africano ao sudoeste asiático até à Índia, e mais ainda após o proselitismo mahometano, Oman tornára-se o entreposto de todo o comércio e de tôda a navegação que, do remoto Oriente ou dos próximos povoados da África Oriental, acorria a permutar com a Europa. Avultavam entre outras, as riquezas da Índia que, desde a época distante da preponderância égeana ou do império romano, eram a grande atracção das faustosas civilizações mediterrânicas. Por isso o

domínio destas cidades comerciais do Iemen, como do Hadramout, como do Oman, passa por mãos sucessivas: após o condomínio egípcio e abissínio pela invasão sabeana, longamente as senhoream os fenícios, como era próprio do seu génio mercantil e marítimo. Aqui fundam os babilónios a cidade de Gerra, monopolizando o seu comércio e conduzindo por longas étapes terrestres as suas caravanas pelas margens do Eufrates, desviando-se um ramal para oeste a entroncar no curso do Nilo e outro para levante, às cidades irrequietas da Palestina. A reacção fenícia, que incluiu o desaçoriamento do istmo de Suez e foi até tentar o caminho marítimo do extremo cabo africano — que dois mil anos depois os Portugueses designavam como *de Boa Esperança,* — chama novamente para o Mar Eritreu o tráfico do Oriente, até ao dia em que as águias romanas o distribuem por tôda a Europa. Testemunham-no os Portugueses que, procedendo a escavações em Sohar, para edificação da sua fortaleza, deparam com abundantes moedas da efigie de Tibério, reveladoras da intensidade de permutas entre a velha Roma e a não menos velha Arábia Feliz.

Correm os tempos, e no declínio da dinastia persa dos sassanidas, a Arábia converte-se ao islamismo sob a espada fulgurante de Omar: conversão profunda mas fácil, como fôra a cristã das terras do Preste, — porque no fundo era sempre o monoteismo, arraigado na mentalidade destes povos.

Fôsse como fôsse no plano superior da religião e da política, através de tôdas as vicissitudes, conserva esta Arábia Feliz, como eterna missão, o carrear mercadorias, e as suas cidades transitòriamente as armazenar. Outra função lhe não permitia o nomadismo orgânico do seu povo. Calcurriador e embarcadiço pelo sangue e pela tradição, ora velejava por tôda a costa, da extrema Malasia à fundura de Suez, ora percorria em longas caravanas os desertos, com os

alforges ajoujados de preciosidades, sempre intermediário, sempre trabalhando para os outros.

De longa data Maskât (Mascate) se impõe como o primeiro dos entrepostos do Pérsico. Já no tempo de Salomão a conheciam por *Mascha,* e gregos e romanos por *Moscaportus.* Essa primazia sucessivamente a perde ou retoma através dos tempos: se o geografo Edrisi e o historiador Abulféda a descrevem no seu apogeu, para Ibn-Batuta, em 1330, que a designa por *Maskith,* é uma vila pobre e dependente de Sohar.

Ao tempo da chegada dos Portugueses à Índia, Mascate obedecia ao duplo jugo do Sultão de Ormuz e do Iman. Dominavam os sultões pelas guarnições pérsas que mantinham nas vilas — mas as vilas curvavam-se ante as tribus beduinas (os «Alarves») que as movimentavam com o seu tráfego, quando as não pilhavam em implacáveis golpes de mão. Governados pelos cheiks, não obedeciam os beduinos aos sultões, mas submissos, uns e outros, à disciplina religiosa, acatavam reverentes os imans da região. No limiar do século XVI, todo o Oman obedecia assim ao Iman Mahomed-Ibn-Ismail, eleito em 1501. Mas Ormuz era a capital do sultanato, sob a suzerania pérsa. A riqueza e a opulência dessa capital corriam parelhas com a sua devassidão. O sensualismo dera o braço à indolência inata dos orientais, — e quási orgânica nos mahometanos. Castanheda define a vida de Ormuz nestas frases de estupendo realismo: «*São todos muyto dados a deleytações assi no comer como ẽ outros apetites carnaes, principalmente na luxuria. E muytos sodomiticos avia na cidade q̃ tinhão putaria d'hõmens, assí como antre nós de molheres*». Mas emquanto Ormuz amolecia no deboche, Mascate esfalfava-se no trato mercantil, alimentando-se de peixe salgado e tamaras, como ainda hoje, para sustentar os vicios imoderados da sua capital.

Com a espécie de visão profética que lampeja por vezes em seus actos — e que aos seus prosaicos colaboradores se afiguravam de impulsão histérica —, «*supito e fragueiro*», Albuquerque começa por subjugar estes portos do Oman, para se apossar de Ormuz.

Para desviar o formidável tráfico oriental para a sua Pátria, nem mesmo lhe escapara a dificuldade do longo trajecto marítimo, pois o seu arrôjo concebera a monumental emprêsa em vão tentada pelos fenícios, e só três séculos mais tarde realizada por Lesseps.

Pasma a estranha contradição entre o seu génio astuto e o terrorismo com que opera a sua passagem por êste levante da Arábia. «*Fazer nêstes portos todolos males e destroições e mortes que podesse, pera que hindo a fama a Ormuz lhe tivessem medo e com temor fizessem o que elle quizesse*» diz o cronista. E é Êle próprio que explica aos seus timoratos capitães: «*Fazendo nós por aquy de caminho muy crùa guerra de fogo, sangue, e mortes e cruezas antes que apareçamos em Ormuz, cuidarão que somos muyto poderosos e averão de nós algum temor que nos faça bôa ajuda*». Aqueles que assistem conturbados ao actual drama da Europa, saberão pois que o mundo é muito velho e nada há nêle que seja novo, como resam as escrituras...

Dobrando o cabo de Ras-el-Hat (Roçalgate), atira-se, como uma tromba, sôbre a costa. Kalhat (Calayate), «*povoação nobre ao modo de Hespanha*», fôra avisada da sua aparição pelos pescadores. O cheik local toma o prudente partido de se render: magnanimo, Albuquerque admite-o como vassalo d'El-Rey seu Senhor. Mas Keriath (Curiate) resiste e a resistência custa-lhe a derrota da sua guarnição, o exodo dos seus habitantes, o incêndio da cidade, a devastação e o saque.

O rasto de sangue dos narizes e das orelhas cortadas em Keriath, correra até Mascate levando a ferver a cólera do Capitão-mór. Cólera premeditada,

teatralidade matreira, prelúdio de luta destinado a paralizar os ânimos na abjecção pelo terror. Assim, os pulsos mais asinha se estenderiam aos grilhões dourados d'El-Rey de Portugal nosso Senhor. De resto, as pobres populações ribeirinhas dêste sul da Arábia, como de tôdas as partes da Índia, só tinham a lucrar na substituïção, que se operava, ao regimen de violência e deshumanas extorções dos respectivos rajás ou sultões.

O terror surtira efeito. Como em Kalhat, logo que a Armada fundeou, acorreu pressuroso o cheik, escravo ou eunúco, «*homem grosso e bem tratado*». Queria muito à sua cidade, pouco se importando que fôsse outro que o sultão a quem houvesse de pagar as páreas: cada cidade dêste litoral era uma pequena rèpública que só o mêdo forçava a pagar tributo a dois amos — os beduinos de Beni-Djerbé (Benjabar) e o sultão — sem obedecer do coração a nenhum, a despeito da soldadesca pérsa, que a população odiava. Por isso correra o Cheik a lançar-se aos pés do invasor oferecendo vassalagem e mantimentos. Mas no transcurso da noite algo se passára, porque não tornava o arabe nem vinham os mantimentos, o que deixava perplexos os da Armada. É que a cidade enchera-se de reforços, gentes do sultão que organizavam a resistência, acabrunhando o pobre Cheik com apodos insultantes de covarde, traidor e *capado*. E o eunúco, muito infeliz, não achára outra solução honesta senão correr a avisar do perigo os nossos grumetes que faziam aguada em terra, suplicando ao Capitão-mór que lhe poupasse a vida.

A arremetida dos Portugueses «*pondo os peitos em terra*» levou tudo de roldão: «*mouros, molheres e meninos trazendo-os à espada sem dar vida a ninguém*». E emquanto o guião do Capitão-mór flutuava sôbre a tôrre do muezim, tôda a cidade foi saqueada e devastada por múltiplos incêndios. Os bombardeiros das

náus incumbidos de arrazar a rica e elegante mesquita atiraram os machados furiosamente às suas colunas de fino lavôr, e o templo ruiu com estrondo sôbre os autores do seu desabamento. Mas eis que os bombardeiros foram retirados dos escombros sem uma beliscadura — o que foi para o cronista mais um milagre de Nosso Senhor. Terminada a faina da destruïção, descançaram os invasores, vitoriosos, junto a uns poços, regalando-se de tamaras e água fresca, com atalaias sôbre os mouros fugidos para as serras «*porque não pudessem vir de supito dar n'elles*».

E assim ganhamos Mascate.

Paralizado pela revolta dos seus capitães, Albuquerque arruma bem ou mal esta emprêsa e apressa a partida. O Acaso proporciona-lhe o ensejo de conquistar Gôa. E quando, ordenados os trabalhos do Malabar, volta a Ormuz a consolidar o seu feito, a sombra da morte espreita-o de longe, trazendo envolta no seu manto a incompreensão do seu Rei, que, no fundo do coração, ainda lhe não perdoára a intimidade dispensada pelo seu antecessor. Já em Ormuz a têmpera antiga do seu carácter lampeja ainda na execução do vizir Ras-Ahmed, que lembra as scenas de tragedia da Roma antiga ou da remota Edade-Média. Depois, são as más novas dos catures que «*pera sua saúde forão veneno e abbreviação de morte*». E depois as últimas frases à vista da Ermida da Nossa Senhora da Piedade da Ilha de Divar: «... *recolhamo-nos à igreja, velho coitado!...*»

O declínio de Mascate começa no momento preciso da vitória. Os *mouros*, como lhes chamam os nossos cronistas, isto é: as guarnições iranianas, as flotilhas turcas e as hordas beduinas do Beni-Djerbé — não estavam derrotadas. Recolhidas aos areais e às serras circundantes, onde tiveram notícia das altercações na Armada e da morte do *Harvi-Rajá* (O Rajá das barbas

compridas), voltaram, a reaver as suas cidades com a tenacidade e a violência próprias da sua raça.

Albuquerque falecera em 1515 — e logo em 1517 o sultão regateia as páreas e furta-se à vassalagem, favorecendo a rebelião em tôda a costa, havendo já Portugueses cativos em Kalhat e Khor-Fakan (Orfação). Só Mascate, com Sohar, se vingam elegantemente do seu abandono, conservando-se portuguesas até ao fim. E mais ainda, ou fôsse por amizade e reconhecimento ou porque, sendo arábe, detestasse a arrogância turca, o Cheik de Mascate, como aquêle pobre *capado* seu antecessor, apressadamente avisa os Portugueses que se salvem da traição que Ormuz anda forjando. E ante a recusa de algumas galés portuguesas em acudir aos Portugueses que estavam em terra, sósinho se bate o Cheik, com a sua gente, repelindo os adversários e libertando os cativos. Embora geográfica e económicamente tributária de Ormuz, Mascate diverge na lealdade à corôa portuguesa. A lamentável exigência do rendimento das alfandegas de Ormuz ordenada de Lisboa, fôra o ponto de partida da perda total desta «Perola do Oriente», e bem o vaticinava o Vice-Rei discordando da ordem: «*quem seu asno muyto carrega dá com tudo no chão*». E deu mesmo. Só Mascate ficou, para acolher os Portugueses foragidos, e oferecer-lhes uma base de resistência na reocupação do Pérsico.

Como se perdeu Mascate?

Contra a pobre cidade, tão leal e já tão portuguesa, multiplicam-se os inimigos. A insegurança de Ormuz, a cuja sombra forçoso era que Mascate vivesse a despeito de mais antiga e operosa, perniciosamente influenciava todo o Oman. Do lado português descera-se muito: ao alto prestígio de Albuquerque sucedera a ambição do concussionário D. Duarte de Menezes. E então não só o Pérsa, não só o Turco, não só o Beduino, mas ainda os pachás e cheiks do litoral,

todos à uma aspiram a «lançar os Portugueses» dêsse Oman. Se no remoto Oriente Português a decadência começa no último quartel no século XVII, para as bandas da Arábia Feliz tem o seu início em pleno século XVI. Nêsses meados do século XVI resplandece no céu otomano o vulto altaneiro de Suleyman, a quem a História designou por o *Magnífico*. Aos seus pés, que calcavam o Mundo, das portas de Viena aos minaretes de Bagdad, chegavam as súplicas do Malabar e do Guzerate, com o éco das lamentações de todo o Índico e do Pérsico: rendimentos das aduanas, taxas de portagem, lacas e especiarias, perfumes e sêdas, pérolas do Bahrein, tudo faltava, porque tudo tomava o caminho do Cabo, e as caravanas regressavam quási vasias. Começam então as primeiras frotas turcas — *naús dos rumes* —, a encarniçarem-se contra Mascate.

Em 1552, o Vice-Rei D. Afonso de Noronha incumbe *hum* João de Lisboa, capitão de Mascate, de levantar uma fortaleza para sua defensão: Mascate era o *hall* de entrada de Ormuz e do Golfo. Estava a obra em meio, quando surgiu a frota turca do comando de Epir-bey (Pirbec), que largára de Suez, fortificando-se por seu turno num alto fronteiro à tranqueira portuguesa, donde batia esta com a artilharia que desembarcára. Privados de socorro e postos em opressão os Portugueses deram ouvidos às propostas aliciantes do turco que, pela voz dum *arrenegado* por nome João da Barca, garantia aos que se rendessem a liberdade e a vida. Capitularam os Portugueses, e todos, «molheres e meninos» foram amarrados aos bancos das galés turcas, escravisados e vendidos. Mas Epir-bey não logrou tomar Ormuz, que era o seu objectivo, e por isso, quando regressou triunfante a Istambul, recebeu do Magnífico o prémio que mereceu: a cabeça cortada.

Anos depois, abandonada militarmente, Mascate era habitada pelos Portugueses *casados*, comerciando tranqùilamente, quando o Pachá do Iemen achou a

sota propicia para um golpe de mão pela frota de quatro galés de Ali-Murad-Bey (Alibec). Mascate foi avisada do perigo pelos *terraquins* (espécie de falúas) e pelos próprios arábes da costa. Partiram vigias para o Estreito; mas iludindo as vigias, Ali-bey operou um desembarque em segredo numa praia vizinha, mandando que as galés bombardeassem a cidade ostensivamente, protegendo o seu avanço. Na cidade, a confusão, as gritas, os prantos tolheram tôda a coesão da resistência: cada português, com seus amigos, resolveu defender o seu lar, quási combatendo à porta. Fàcilmente dominados, foi a cidade saqueada e envolta em chamas: numa das chamas, a maior, ardeu a igreja, e nela foram lançados as alfaias, o vigário e os santos-oleos que cautelosamente escondera... Tarde e a más horas, como sempre, chegou o socorro de Ormuz, que quási nada fez para valer aos desgraçados: os Capitães preferiram andar às prêsas. E foi um Cheik de Beduinos que se compadeceu dos pobres *casados*, recolhendo-os no seu oásis até regressarem à cidade devastada.

Em vista dêste estado de coisas, em 1588 o Governador Manuel de Sousa Coutinho manda que Belchior Calaça execute as ordens de Lisboa, dadas ao seu antecessor o Vice-Rei D. Duarte de Menezes, Conde de Tarouca, de sèriamente fortificar Mascate. Mas quando o poder lusitano, então no seu apogeu na Índia, assim se consolidava em Mascate — começava a ruir na próxima Ormuz.

Contra Ormuz se arma por essa època a tríplice cabala anglo-persa-turca. Reina na Pérsia o Schá Abbas I, o *Grande*, que vitorioso dos turcos pela célebre batalha de Bassorá, volta a sua vista para as margens do Golfo, donde os Khans da região (o *Cão de Xirás* dos nossos cronistas) imploravam a sua ajuda. Portugal jazia sob o jugo de Castela, e nos mares da Índia, feudo de Portugal, iniciava-se a opressão das

frotas holandezas. Mas na côrte do Schá outros olhos se interessavam pelas sêdas, pelas alcatifas, pelas pérolas, intrigando e retorcendo: os olhos da City, que já nesse findar do século XVI mantinha na Pérsia os seus agentes Barker e Thompson, — emquanto em 1600, com a sua *Royal Chárter*, a Rainha Elizabeth criava a *Company of Merchants of London*, sucessora da *Turkey and Levant Company* apoiada pelas esquadras da base naval de Surrate.

Em 1619 o perigo esboça-se. Operam os ingleses por mar emquanto o Schá ataca por terra. Dentre os Portugueses, presunçosos de valentia e sem compreensão do risco, surge a figura insigne do intrépido Ruy Freire de Andrade, capitaneando a armada. Em operações navais, sucessivamente se encontram Ruy Freire e Schilling, Ruy Freire e Blythe e Baffin (o descobridor do Estreito). Na luta desesperada por Ormuz, a honra, a única coisa que se salvou, foi-o por dois homens: um, português, o capitão-mór Ruy Freire de Andrade; outro, mouro, o Sultão de Ormuz. Debalde. Os socorros de Goa chegam tardios, indolentes, insuficientes. Debalde. Ormuz capitulára dias antes.

Estamos em 1622.

Na longa odisseia de Ormuz, Mascate conserva-se no seu papel de centro de ligação e reabastecimento; e são os Arabes de Mascate que dão o exemplo de calma e lealdade às quinas portuguesas. Há paradoxos desses na História... Mas em 1525 um novo poderio lança contra nós, nos minaretes de todo o Oman, o pregão da guerra santa: «*Erguei a vossa face da areia dos desertos, empunhai as cimitarras, destruí o mal, implantai o bem*...» É Nasser-ibn-Murchid, o Iman do Beni-Djerbé, que à frente de quarenta mil homens recrutados em tôdas as tribus, retoma sucessivamente tôdas as feitorias portuguesas: Keriat, Materah, Burke,

Sibo, Kelbu, Khor-Fakan, Libdio, Modá, Dubo, etc. Mascate, como Sohar, resiste sempre com as muralhas da sua Fortaleza e a lealdade dos seus habitantes. Mas os Cheiks obstinam-se durante anos seguidos, estimulados pelo desabar do nosso império às mãos dos holandeses e dos ingleses.

Incapazes de se apoderarem da cidade em combate leal, aos 23 de Abril de 1659, as hordas do Iman Soltan-ibn-Saif penetram em pequenos grupos de aparência pacífica. E parece que escolhendo perfidamente a hora calma em que na Egreja se realizava o ofício divino, o ataque se desencadeou com implacável violência. Os historiadores arabes narram com imoderada exaltação, em prosa e verso, esta grande vitória que a espada do Profeta obteve sôbre os *franguis* infiéis... «*Allah os destrúia de todo!*» Os cronistas estrangeiros descem por vezes ao ridículo na narração dos factos e suas causas. Do lado dos Portugueses não há narrativas: não ficou nenhum vivo para contar...

Mascate existe ainda. É um velho burgo arábico, centro religioso e mercantil de todo o Oman. Estranha e pitoresca, apertada entre colinas sombrias, os seus brancos terraços e minaretes contrastam singularmente com o cinzento-escuro dos altos rochedos e o verde das tamareiras que se estendem pelos vales até aos Oasis do deserto. A cidade é um labirinto de ruelas habitadas por uma populaça confusa: turcos, banianes, beluchis, parses, indios, árabes brancos e cafres, ricos mercadores de cabaias e turbantes de seda de côres, operosos ingleses de capacete, turbulentos beduinos de longos burnós sombrios. Pelo seu porto entram e saem, como há séculos, os ronceiros pangaios, levando em abundância coiros, cavalos, tâmaras e pérolas de Bahrein.

Mas a garra lusitana está hoje e sempre visível, nas muralhas dentadas que circundam os rochedos,

erguendo para o ceu azul os seus bastiões. Existe um fortim a Oeste e outro a Leste: entre os dois correm as cortinas ameiadas, com redutos e guaritas, por onde espreitavam temerosas as bombardas, e que hoje jazem aqui e acolá derrubadas, com covis para abrigo de camelos ou da ralé dos negros zanzibarinos.

A Fortaleza tinha duas portas. A de Oeste (Bab-el-Kebir), cujos cimos se enfeitam hoje de acácias floridas; e a de Leste (Bab-el-Saguir). A muralha grimpa pelas vertentes dos môrros, formando na crista um sólido reduto onde a hera se insinua pelas barbacãs. Não se espanta porém o investigador do tamanho das construções, já de si grandiosas, como do seu estilo arqueológico, da sensação de magestade e de fôrça que dispertam essas velhas e sombrias pedras.

«*Em tôda a parte em que encontrei velhos Fortes Portugueses,*—diz um viajante estrangeiro conhecedor do Oriente histórico—*seja na ilha de Salsette, na costa do Beluchistão ou nas Molucas, assombrou-me a solidez das edificações que, a despeito de mal tratadas, desafiam a fôrça destruidora dos séculos*».

Mas não eram as fortificações apenas, embora predominando no conjunto da cena histórica, que vincavam aqui a ocupação portuguesa. Havia, como em tôdas estas partes, os três marcos reveladores da sua civilização: a Casa da Misericórdia, a Matriz e o *Esprital* (Hospital). Em recinto apartado encontram-se, ainda em uso, as cisternas portuguesas, sòlidamente abobodadas e circundadas de muralhas e redutos, pequenos fortins que as defendiam dos estranhos. Desapareceram os canhões, levados pelos beduinos nas suas razias, aproveitados pelos sultões ou comprados pelos turistas americanos,—todos com os emblemas e escudos do Portugal seiscentista. Mas ficaram mais emblemas e escudos, as eternas quinas,

surgindo freqüentemente aos olhos intrigados dos viajantes, quer na mescla estranha do armamento indígena, que imita os velhos arcabuzes portugueses, quer até nas ferragens dos sólidos portões das habitações mouriscas.

Mascate seguiu, atrás de nós, o seu destino histórico: a eterna luta entre os imans e os sultões, entre as hordas irrequietas dos beduinos e as fracas guarnições persas, que lentamente arruina a cidade e compromete o seu comércio. Estas lutas acenderam-se no século findo, forçando a intervenção armada da Inglaterra a favor do sultão Seyid-Faiçal-ibn-Turquy. Mas a grande guerra deu novos ensejos aos Cheiks — e novamente a Inglaterra interveio, desta feita comprando tréguas a poder de libras, reservando aos Cheiks o domínio do *hinterland* e ao Sultão Saif, sucessor de Seyid-Faiçal, o litoral. Isto é, porém, história moderna.

A nós Portugueses mais interessam os restos históricos do nosso longo e esforçado domínio, ainda hoje simbolizado nas duas Egrejas que estão de pé; e ante os seus portais o coração se eleva na contemplação da grandeza de um passado que não volta, mas que não morre, — e do qual só se esquecem os filhos daqueles que o edificaram. No pavimento dessas egrejas encontram-se ainda, partidas, apagadas, as lápidas que cobrem as ossadas de muitos antepassados, — e entre êles quiçá esteja êsse último e indomável Capitão-General Ruy Freire de Andrade, como derradeiro expoente de uma raça que findou.

Ao contrário dos europeus, os orientais tem isto de bom: nas suas guerras e razias, por vezes bastante truculentas, matam, pilham e escravizam — mas nunca se esfalfam a destruir pedras seculares, antes as rodeiam de um respeito mixto de terror e de mistério. Assim jaz Mascate. «*Serena e indiferente,* — diz o francês Maindron que a visitou — *conserva a armadura carinhosamente moldada com que os Portugueses a vestiram. E nas muralhas ameiadas que a envolvem, como uma renda de pedra, hoje esburacada em muitos sítios, dorme na sua atmosfera asfixiante, sob a ameaça contínua dos salteadores do deserto*».

A catástrofe de Hugli e os Portugueses no Gôlfo de Bengala

O Rio Sagrado do Ganges desce das quebradas do Himalaia onde a constante fusão dos eternos glaciários alimenta os seus caudaes. Para o Indú êle desce do céu e para o céu tornam as suas águas abençoadas. Por isso as cinzas dos mortos, lançadas ao Ganges, vão direitas ao céu...

Correndo para leste, após o seu conúbio com o velho Sarasvati das lendas milenárias, o Ganges inflecte para o Sul. E quando dispontam as águas do Gôlfo de Bengala, abre o leque do seu Delta como múltiplos dedos de uma mão esguia que pretendesse agarrar os bancos de areia e as ilhotas verdejantes do Sunderband.

Os séculos fizeram mudar de rumo estes rios do Sapta-Sindu afogando-os no areal das margens. E velhas cidades milenárias, com as suas velhissimas civilizações, desapareceram na poeira do Passado. É assim que, nas margens do Indus, o companheiro ocidental do Ganges, as últimas escavações do sr. Ernest Mackay desenterraram as ruínas de *Mohenjo-daro* e de *Harappa,* cidades que floresceram antes das emigrações arianas, ou sejam 3 ou 4 mil anos antes de Cristo.

Também na zona do Ganges, outrora, cidades e povos prosperaram. Vagas humanas, precipitando-se

das montanhas, pelos desfiladeiros do Nordeste, pequena estatura, tez amarelada, olhos em amendoa, foram os *Djats* ou *Daisiús* amarelos, que repeliram os autoctones para o macisso das florestas. Mais tarde, vindos do sul, através do Narbada, acorreram os drávidas ou *Daisiús* escuros. E mais tarde ainda, pelos passos do Noroeste, desceram com os seus rebanhos as hordas arianas, separando-se nos planaltos dos seus irmãos germânicos, que preferiram subir pelas margens do Danúbio.

E as águas sagradas do Ganges nas suas cheias formidáveis, cobrindo do seu lençol planícies a perder de vista e nelas depositando limos e areias, tudo submergiram. E por isso escavando hoje nos arrozais lamacentos, surgem por vezes carcassas de velhas embarcações pré-históricas.

Por longos séculos os Bengalis (*Bengalas,* como dizem os nossos cronistas), sofreram o jugo dos impérios do Ocidente, de pura estirpe ariana. Fracos, magros, escuros, resistiam à supremacia ariana pela astúcia. É curiosa a concordância, a êsse respeito, entre históriadores antigos e modernos: «*Gente fraca para pelejar, mas a mais malíciosa e atreiçoada de todo aquêle Oriente*» diz o nosso Barros nas Décadas. «*Ces Bengalis aux membres si grèles, si maigres, au caractère lâche, menteurs, fourbes*», acrescenta um viajante francês contemporâneo. Dinastias francamente indo-arianas dominaram estes povos, antes e depois da nossa era. Os Guptas, os Palas, os Senas — eram fragmentos dos grandes impérios post-védicos que se pulverizaram por todo êste Industão, outrora *Aryavarta,* quer dizer: Terra dos Aryas. Dessas dinastias data a fundação de Gaur (a Gouro dos nossos cronistas) que os Portugueses conheceram e cujos vastíssimos cais se vêem em ruinas sôbre o areal, ruinas que se estendem por mais de trinta milhas quadradas.

A invasão mahometana absorveu também esta província, sem que todavia o Islamismo lograsse progredir nêste bêrço do Budismo e do Bramanismo que aqui imperam no explendor das suas cidades santas. Em 1199 Muhamad Kilji, conquistando Bengala aos Indús, escolhe para capital Gaur, que já existia 600 anos A. C. Em 1340 Fakr-Udin, revoltando-se contra a tirania do seu soberano Muhamad-ibn-Tuglak, constitui o reino de Bengala com uma dinastia própria de sultões famosos. E assim, ao tempo em que os Portugueses chegaram ao Delta, reinava o famoso Ala-udin-Hussein Schá cujo grandioso mausoleu como a sua Mesquita de Ouro ainda se contemplam na arruinada Gaur.

No *Roteiro de Vasco da Gama* como nas *Cartas de Albuquerque,* encontramos referência ao valor político e comercial da posição de Bengala. Isto animou El-Rei em 1517 a enviar a Armada de Fernão Peres D'Andrade com a missão de iniciar o tráfico de Bengala e da China. Absorvido nas muitas e estranhas coisas da China, Peres limita-se a enviar a Bengala João Coelho numa náu mourisca. E chegando a Chitagong (Chatigão) grande porto na foz do Megna, braço oriental do Delta conduzindo directamente a Gaur, Coelho prepara o ambiente, e quando D. João da Silveira chegou com uma armada de três navios, só a sua má sorte fez com que o sultão d'Arakan, vassálo de Gaur, lhe tecesse a armadilha de que escapou com o auxílio do mesmo Coelho. Mas nasceu daí no govêrno central o hábito de enviar um navio em monção própria, e assim em 1526, o Governador Lopo Vaz mandou Ruy Vaz Pereira que, ao chegar a Chitagong, reconhece e captura uma galé corsária dum certo Kwaja-Shiab-udin (Cogesabadim). E a vêr vamos como Deus escreve direito por linhas tortas:

Em 1528, Martim Afonso de Melo Juzarte que velejava com uma armada pelo Coromondel, é arrastado

por um ciclone a Chakariã, no Gôlfo, onde governa um certo Khuda-Baksh-Khan (Codovascão). A despeito do auxílio que lhe presta em libertar-se dum vizinho conflituoso, Martim Afonso fica prisioneiro de Khuda. E logo os bramanes do pagode local, que tinham feito o voto de sacrificar aos deuses um português, exigem a entrega do mais novo dentre êstes, o jovém Gonçalo Vaz de Melo, sobrinho do próprio Martim, que é imolado no altar da negra deusa Kali, insaciável de sangueiras. E essa é a primeira tragédia portuguesa no Gôlfo de Bengala.

Aquêle Shiab-udin não era bemquisto em Chitagong, onde muito lhe dificultavam a vida, carecendo por isso do auxílio português: isso o induziu a obter a libertação de Martim Afonso enviando-o ao Governador Nuno da Cunha, com um seu primo Kwaja-Shakr-ullah (Cogesecuralá), incumbido de encarecer a grande vantagem de os Portugueses terem uma feitoria em Chitagong. Nuno da Cunha, apreciando a sugestão, manda em 1534 o mesmo Martim Afonso de Melo com uma armada de 5 navios e 200 homens, para, com poderes de embaixador, obter a concessão da feitoria. Chegado a Chitagong, Martim enviou na vanguarda Duarte d'Azevedo com os presentes. E quis a má sorte que em Gaur reinasse ao tempo o epiléptico e irascível tirano Mahmud Schá III, último da sua dinastia, que a fúteis pretextos prendeu logo o emissário, ordenando que o seu Vizir partisse para Chitagong a completar a obra.

Em Chitagong, amável e obsequiador, o Vizir convidou Martim e os companheiros para um banquete: serviram-se lautas e exquisitas iguarias, e, em fim de festa, fechadas as portas, pelas seteiras do tecto apainelado surgiram turbantes de esbirros, arcabuzes aperrados, intimando a rendição aos convivas. Feriram muitos e mataram vários, até que os infelizes, impossibilitados de combater, se renderam. Maltratados, nús,

amarrados, foram os emissários de D. Nuno enviados para Gaur, e todos juntos metidos em horrendo cárcere e tratados «*Not like men but like beasts*», diz o inglês.

Debalde tentou o filho do altivo Tristão da Cunha obter a libertação dos seus míseros mensageiros. Uma armada de nove velas, capitão António da Silva Menezes, largou o pano, com muitos presentes para o resgate. Mas os Portugueses eram já nessa conjuntura, um forte poder no Oriente e portanto, para o Sultão de Gaur, os prisioneiros representavam um *valor* com que contava negociar. Recusou a libertação pura e simples — e António de Menezes respondeu-lhe bombardeando e destruindo metade de Chitagong. Mas os presos continuaram o seu martírio, reduzidos, em represália, a meia-ração.

Como quer que a Providência aos Portugueses como ao borracho puzesse sempre a mão por baixo, acendeu-se nessa altura a guerra implacável, que salpicaria de sangue todo o Industão, entre Humayun, o 2.º Imperador Mogol, e o afghan Sher-Khan, pretendente ao trono imperial. Triunfante em tôda a parte, Sher-Khan, marchando para o Ganges com um poderoso exército, ameaçou Mahmud Schá de Bengala no seu covil de Gaur. No auge da aflição, a Mahmud só restava um recurso: os Portugueses que êle bàrbaramente maltratára. Martim Afonso de Melo foi conduzido da prisão ao Palácio, onde o Sultão lhe prometeu tudo: liberdade, feitoria, fortaleza, quanto lhe pedissem; mas que lhe valessem nessa conjuntura. São assim os orientais. Martim Afonso de Melo foi português até ao fim: liberto das prisões de Mahmud, armou-se para defender o mesmo Mahmud; e fê-lo heròicamente com os seus homens, contrariando os planos de Sher-Khan. Mahmud porém ferido de morte, foi morrer na sua fuga.

Ficaram os portugueses com direito a feitorias em Chitagong ou *Porto Grande* na barra do Megna e

também em *Satgaon* ou *Porto Pequeno* na entrada do Sarasvati.

E aqui termina, em 1558, a primeira e dramática fase da ocupação portuguesa no Gôlfo de Bengala.

Em 1573 uma nova era se abre para o prestígio de Portugal em todo o Industão; o seu domínio atinge o apogeu; a obra de Albuquerque frutifica em tôda a pujança. Governam a Índia os Vice-Reis D. António de Noronha e o intrépido D. Luiz d'Ataide, Conde de Atouguia.

O império que o conquistador Baber, neto paterno de Timur e materno de Gengis-Khan, ambicionára erguer sôbre a ruina da dinastia mahometana de Delhi, passa, após os infortunios do seu filho e sucessor Humayun, (morto duma queda na sua Biblioteca onde se concentrava horas esquecidas), às mãos de Akbar o Grande, «*o mais genial, aguerrido, culto e rico de todos os soberanos do seu tempo*» dizem os seus biógrafos ingleses. Era o tempo privilegiado em que na Inglaterra reinava Isabel II, em Espanha Carlos Quinto, na Turquia Suleiman o Magnífico, na Rússia Ivan o Terrível e pouco antes em França Francisco I e em Roma o Papa Leão X. «*Akbar the Great,* diz Kennedy, *settled the chief administrative methods followed by his english successors*». Foi o criador do *Civil Service.* No seu tempo, a vida e a propriedade humanas alcançaram a maior segurança, tornando-se, como acrescenta o historiador: «*more secure than in a great part of Europe during the middle ages*». São assim, justos e imparciais, os historiadores britânicos.

Tendo recebido do seu avô Baber um império por ocupar e do seu pai o território devastado por guerras e revoltas, Akbar ocupou metade da sua vida em consolidar e engrandecer o seu domínio através de brilhantes vitórias em que, pelas armas ou pelo

suborno, as fortalezas se abriam e os sultanatos e rajádos se deixavam absorver na sua imoderada ambição.

Foi quando, pela primeira vez, na campanha do Guzerate, Akbar, filho das montanhas de Cabul, crescido no remanso do harem imperial de Agra, se defrontou com o vasto Oceano que entibiou a sua fina sensibilidade. E então lhe disseram que nêsse Oceano de águas revoltas imperavam sobranceiros os Portugueses que êle mal conhecia. Criaram-se relações, diz o historiador Smith: «*thus opening relations wich seriously afected the history of India and introduced new influences operating upon his mind*». O seu projectado ataque contra Damão e Baçaim foi o seu primeiro contra-tempo, deixando-lhe a impressão nítida de que o poder lusitano era qualquer cousa de diferente, em audácia, organização e resistência combativas. Abriu pazes. E o Vice-Rei D. António de Noronha enviou a negociar António Cabral. Qualquer encanto pessoal êste Cabral possuia, porque o certo é que, regressando à sua capital Fatepur-Sikri, o Imperador levava os ouvidos cheios do prestígio português. No seu Palácio das mil e uma noites, e nas suas audiências no maravilhoso Salão de Divan-i-Kass, famosas na História, falaram-lhe dos Portugueses que mercadejavam em Chitagong, e ali, episódica mas magnificamente guerreavam. E foi assim que, a convite imperial, para Agra seguiu de Bengala, o português Pedro Tavares, a quem os cronistas árabes, — em paga da adulteração de nomes árabes pelos nossos cronistas — chamam *Pratap-Bar.*

Pedro Tavares devia ser uma pessoa inteligente e culta, e para bem se compreender a sua influência no ânimo do Imperador, necessário é saber-se alguma coisa da mentalidade dêsse estranho modêlo de soberano que foi Akbar o *Grande.* Pensador e filosófo de uma estranha eufória de magestade, a questão

religiosa laborava extraordinàriamente o seu espírito. É seu êste conceito simultaneamente irónico e profundo: «*a verdade existe com mais ou menos êrro, em tôdas as religiões*». Islamita detestando fortemente o islamismo, autocrata para indús e apreciando o induismo, desprezador dos bonzos mas respeitando o budismo, tolerante, ao mesmo tempo que concedia a Pedro Tavares um *firman* (alvará) para construção de cidade ou fortaleza no Delta, com larga liberdade religiosa e perdão de tôdas as extorsões, solicitava a presença de um Padre que o informasse sôbre os dogmas e mistérios do cristianismo. Á Côrte de Agra chegou então o Rev. Gil Eannes Pereira, sacerdote virtuoso, que modestamente confessou pouco entender de dogmas e mistérios, aconselhando o Imperador a dirigir-se ao nosso Vice-Rei. E o Vice-Rei enviou-lhe a 1.ª missão dos Jesuitas de S. Paulo de Gôa, os Padres António de Monserrate e Rodolfo Aquaviva, que ambos aliavam, à mais alta virtude, sólida cultura teológica: Monserrate, que longamente viveu na Côrte do Grão-Mogol, foi um dos seus melhores cronistas. As cartas de Aquaviva ao seu tio Geral da Companhia de Jesus em Roma, são preciosos documentos da época, até ao trágico instante do martírio que lhe deu ingresso no calendário cristão.

Que influência exercia em todos êstes gestos do Imperador a sua lendária esposa cristã Maria ou Miriam Makany, a *Begum Maria*, «*Portuguese lady*», relacionada com o ramo dos Bourbons que se estabeleceu no Bhopal? É uma incógnita que fica por decifrar. Mais documentada encontro a actividade política duma certa D. Juliana, espécie de pertinaz embaixatriz portuguesa na côrte do Grão Mogol, em fins do século XVII. O debate sôbre tais problemas inùtilmente nos desviaria do nosso assunto.

De posse do *firman* do Imperador, regressou Tavares ao Delta, lançando-se à construção da cidade-

-feitoria na margem esquerda do seu braço ocidental, o rio Hugli. Nêsse local existiam uns vagos depósitos ou *golis*, dos portugueses de Satgaon, donde veio à povoação o nome português de *O Golim*, mais tarde *Ugoly*, que os ingleses escreveram *Hoogly*.

Tornou-se Hugli, com o andar do tempo, o maior empório comercial do Ganges. Em 1580 é já uma cidade em estilo oriental, freqùentada pelas náus da China, da Malásia, do Japão, da Arábia, na permuta de sêdas, musselinas e brocados, cânfora, móveis de sândalo, cofres de laca, pérolas e jóias, porcelanas e especiarias, o que tudo fazia a incalculável opulência das famílias abastadas de Gôa e de Lisboa. No seu *Badshanamá* diz o cronista árabe coevo, Adbul-Hamid-Lahori: «*Êstes europeus aumentam em número e constroem notáveis edificações que fortificam com canhões, mosquetes e outros instrumentos de guerra*».

Mas não só de fortificações se tratava. As Igrejas conventuais, a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital, eram marcos de civilização jámais esquecidos. Nem doutra fórma se justificaria a tenaz resistência oposta pelos Portugueses de Bengala ao que em seguida narramos como tendo sido a catástrofe de Hugli.

E o que foi então essa catástrofe? A sua história não é possível sem referência a episódios políticos e dinásticos do Grão-Mogol, tão estreitamente ligados à história portuguesa:

Akbar morrera em 1605, deixando o seu Harem e a sua Côrte impregnados da influência cristã e portuguesa. Seu filho Jahanguir, educado no ambiente paterno em que os Jesuitas portugueses cresciam em valimento, imbuido êle mesmo de tendências cristãs, favorecera a infiltração, considerada perigosa pelos ortodoxos do Islam. O escandalo feria a autoridade dos velhos *ulemas*, que não sofriam no Imperador os desregramentos sensuais e as heresias religiosas. Nas

mesquitas, nos congressos, no próprio Harem, abertamente se murmurava contra êste soberano que acabrunhára os últimos momentos do Pai, revoltando-se para lhe copiar os defeitos sem lhe herdar as qualidades, deixando-se dominar na governança pela Esposa, a implacável e violenta Nur-Jahan, que pretendendo assegurar a sucessão ao seu filho predilecto, o principe Sharyar, para o que já fizera assassinar o mais velho, principe Khusrû, lançára na revolta o terceiro, principe Kharram.

Acossado pelas tropas do Pai, e mais pelos esbirros da Mãe, Kharram refugiára-se em Bengala, já acompanhado daquela idolatrada Muntaz-Mahal, «Luz do Palácio», para cujo mausoleu construiu essa maravilha de arte que é o Taj-Mahal de Agra.

A despeito do ódio que o casal consagrava aos Portugueses, natural reacção contra a influência jesuitica na mentalidade do Pai e do Avô, recorrera na sua adversidade ao Capitão português Miguel Rodrigues, para que o ajudasse na conquista do trono e bem lho recompensaria em terras e riquezas. Na sua lusitana austeridade, tão nobre quanto impolítico, Rodrigues repeliu indignado o convite. E não se limitou a isso: severamente admoestou o Principe por assim erguer o estandarte da revolta contra o Pai, tão bondoso para os Portugueses, aconselhando-o a pedir o perdão paterno com acto de submissão, — como se tal acto fôra possível ante o punhal suspenso da linda mão, cheia de aneis preciosos, da Imperatriz Nur-Jahan, sua mãi. A recusa do auxílio, e mais ainda a áspera censura, irritam extraordinàriamente o Principe e ofendem a linda esposa, cuja aversão pelos cristãos era profunda, e que, adoentada, andava aos baldões pelas serranias do Deccão. Guardaram ambos o rancor bem no fundo da sua alma.

Em Fevereiro de 1628, o Principe, com o título de Shá-Jahan, «Dominador do Universo», ascendia ao

trono dos Grãos-Mogoes em Delhi. E logo o seu irmão mais novo e também pretendente, o principe Sharyar, era conduzido aos seus pés, carregado de grilhões — mandando o Imperador que lhe arrancassem os olhos, para se penitenciar da sua ambição. Outros possíveis pretendentes tiveram a mesma sorte, para que ficassem bem desimpedidos os degráus do trono.

A ascensão de Shá-Jahan era-o também da cohorte ortodoxa que amargamente censurava as afeições cristãs e portuguesas do Pai e do Avô. Contra os Portugueses, tôdas as influências se moveram, «*Allah os destruisse de todo!*»: Que roubavam as receitas aduaneiras e taxas de portagem, empobrecendo o tesouro imperial; que se apossavam de territórios em Bengala, restringindo o domínio imperial; que um certo Manuel Tavares se compremetera a ajudá-lo na sua revolta, com algumas galeotas, faltando ao prometido. Que os Portugueses de Hugli nem sequer uma embaixada lhe enviavam a felicitá-lo, antes se conluiavam com o sultão de Arakan, seu inimigo; e o que era mais e muito pior: arrancavam as mulheres aos maridos, as filhas aos pais, para as converter à fôrça ao credo do Nazareno — «*a quem Allah perdoe os seus erros!*» — enviando-as para a Europa como escravas; sendo todo o seu intuito expulsarem os mahometanos das terras do Ganges, para destas se apoderarem.

No seu trôno do Pavão, em ouro cravejado de diamantes, rubis, esmeraldas, pérolas e safiras (que custára milhão e meio de libras ou sejam hoje 150 mil contos), ouvindo murmurar tais acusações contra os *Faranguis* intrusos, o jovem Imperador recordava com amargura e rancor, o seu exílio em Bengala, com a amada companheira doente — e a crueldade com que os Portugueses haviam escarnecido da sua adversidade. Com o olhar sombrio, a testa enrugada, o «Dominador do Universo» desceu os degráus do trôno até ao remanso do Harem. E logo ali encontrou, nos olhos

humidos de chorar da esposa adorada, o pretexto que lhe faltava. Longamente Muntaz-Mahal, «Luz do Palácio» lhe segredou como o seu coração de boa islamita sofrera outrora, em Burdvan, próximo de Hugli, ante o espectáculo das festividades cristãs, os templos iluminados com imagens expostas; as pinturas sagradas que por tôda a parte surgiam, até no Harem imperial; as longas e fervorosas procissões nas ruas. E eis que os amaldiçoados Padres lhe roubavam agora duas das suas melhores escravas para as fazer cristãs.

Seria? Não seria?

Dessa meiga e formosa Muntaz, que morreu três anos depois, e que o marido enterrou num mausoleu que é uma das maravilhas do mundo, diz o históriador Kennedy: «*In cruelty and pride she seems to have much on a par with Sha Jahan himself*». A Imperatriz morreu em 1631. E logo em 32, o Imperador, como se houvesse jurado que a vingaria dos Portugueses, acrescenta o mesmo históriador: «*determined to strike and strike hard*».

Chegára o dia do triunfo — e da vingança.

Ordenou então que o seu governador de Bengala, Kassim Khan efectuasse o ataque. Minuciosamente Kassim estudou o seu plano. Sabia que os Portugueses se defendiam com bravura. Subornou um miserável *half-cast*, que por irrisão se chamava também Martim Afonso de Melo, que dando-lhe minuciosas informações, prometeu abrir-lhe as portas da Fortaleza. O plano consistia em atacar por mar com 500 embarcações armadas cortando a retirada, emquanto por terra tomaria a ofensiva um exército de 150 mil homens, 14 mil cavalos e 90 elefantes, sob o comando de dezoito nababos.

Os Portugueses, capitaneados por Manuel de Azevedo, procuraram por duas vezes subornar a cupidez de Kassim-Khan com os dinheiros da Santa Casa da Misercórdia. Mas Kassim, embolsando as

rupias, — voltava a carregar, emquanto o Mestiço barricava as vias fluviais com barcaças e correntes de ferro.

A noite de 24 de Setembro de 1632, escura e chuvosa, foi trágica para os pobres Portugueses de Hugli. Tentando uma retirada impossível em direcção à barra, cairam nas ciladas do Mestiço, apertados entre os mosquetes e as setas do exército mahometano, a carga da Cavalaria, a furia dos elefantes e das bocas de fogo das embarcações que fechavam o rio — e o desastre foi inarrável. Alguns patachos foram logo afundados, afogando homens e mulheres sob as setas e os tiros; outros foram tomados, e os passageiros passados a fio de espada. Os que se lançavam a nado para alcançar terra firme, atolavam-se no lôdo. O patacho de Luiz de Maya conseguiu cortar as correntes do Mestiço e evadir-se para a barra com sessenta senhoras, «*white ladies*». Outras foram aprisionadas e amarradas. Na tremenda debandada, muitos vencendo a nado á maré, esconderam-se nas ilhotas do Delta. Alguns lograram alcançar o Arakan, onde o Sultão os amparou; alguns buscaram nadando e calcurriando as povoações indús onde se esconderam. Quatro mil Portugueses entre europeus e nativos, homens, mulheres e crianças, inumeros religiosos, foram levados em captiveiro para Delhi e Agra, amarrados, despidos e bàrbaramente chicoteados, e ali, junto ao trôno do Imperador Shá Jahan, «Dominador do Universo», intimados a abjurar da fé em Cristo, ou morrer sob as patas dos elefantes. As mulheres, novas e bem parecidas, ingressaram no serralho imperial; outras foram dadas às personagens da côrte. Velhos e crianças foram vendidos como escravos.

Era a vingança que o Imperador Shá Jahan, Principe Kharram, jurára à esposa muito amada nos remotos e adversos dias de Burdvan, em Bengala. Mas Deus, na sua alta misericórdia, ainda protegera os Portugueses, levando primeiro, dêste mundo, a

ilustre senhora. Porque se ela fôsse viva, di-lo o históriador inglês: «*It was fortunate for them that she was so, as she had vowed to have them all killed*».

Frei Cabral termina o seu relato afirmando que os Portugueses praticaram actos de insuperável bravura. Mas a esperança da Imperatriz — fôra que todos fôssem mortos.

Parece que devia ter cessado por completo a actividade portuguesa no Gôlfo de Bengala após o desastre que arrazou a capital dos seus estabelecimentos. Tal não sucedeu porém. Em 1633, escassos mêses depois, voltaram, autorizados por um *firman* do mesmo Shá Jahan, os religiosos portugueses a reconstruir os seus templos, sob as vistas complacentes das autoridades mahometanas. O que acontecera? Como tão ràpidamente mudou de propósito o irascível soberano?

Deu-nos a lenda a sua explicação. Veio referi-la ao Vice-Rei, em Gôa, Fr. João de S. Nicolau, Prior de Hugli em 1785. E contou o seguinte:

Entre os Portugueses arrastados em 1632 para Delhi, ia um venerando Frei João da Cruz, conhecido pela santidade do seu apostolado. Frei João, levado ante o Imperador foi intimado a renunciar à fé cristã ou morrer esmagado por um elefante raivoso. E no pateo de marmore do Palácio imperial, ao lado de uma fonte que no meio cantava, Frei João ajoelhou orando, e a Côrte dispôs-se, em volta, a gosar o espectáculo, como nas arenas da antiga Roma. Mas eis que o elefante, longe de esmigalhar o crâneo ao mísero sacerdote, acarinha-o com a tromba e defende-o dos ataques da multidão. Assombrado, Shá Jahan reconhece a santidade do mísero religioso. Manda que o devolvam à sua igreja e concede-lhe um alvará para que reconstitua a sua Missão e reüna os seus conversos.

Assim reza a pueril anedota que Fr. João de S. Nicolau relatou ao Vice-Rei.

O que ficou de Hugli após o seu desastre? Nada. Nem sequer ruinas. O tempo e os homens encarregaram-se de apagar os derradeiros vestígios de uma admirável e laboriosa criação.

Mas nem tudo morreu. Por essa larga Província de Bengala os reliquats da dominação portuguesa surgem a todo o momento, nos seus templos, na sua língua, nos apelidos de família que deixaram de ser portuguesas há muito, na tradição histórica que se revela em cada canto. A enumeração de pormenores guardo-a religiosamente nos meus apontamentos, mas tornar-se-ia fastidiosa numa crónica ligeira como esta.

O que soube o nosso Govêrno e a Nação das remotas cousas de Bengala?

Em 1782, um *trader* inglês, regressado de Bengala a Londres, revelou ao nosso Ministro na côrte inglesa a existência de uma cidade portuguesa no Delta do Ganges, que conveniente seria para os nossos interêsses nacionais, reconstituir e desenvolver. O diplomata comunicou o caso para Lisboa onde tudo se ignorava. Foram pedidas informações para o Vice-Rei. Mas se o Ministro sabia pouco — o Vice-Rei ainda sabia menos. Pacientemente se pediram notícias ao Provincial dos Agostinhos de Hugli. E foi então que o Religioso Fr. João de S. Nicolau apareceu em Gôa, três anos passados, a contar a sua historieta.

Foi certamente essa a determinante de uma representação que os Portugueses de Bengala, pelo punho dum George Germain, dirigiram à rainha D. Maria I.

Tudo morreu, porém, na poeira dos arquivos, como morreu o nosso grande império do Oriente, como hão-de morrer os seus derradeiros vestígios.

É bem certo que as nações tem a história que merecem.

Das Quintas Fidalgas de Baçaim

aos Templos Subterrâneos de Salcete e Elefanta

Da fundura do Golfo de Cambaia à ponta extrema do Comorim, a costa inflecte suavemente para S. S. E. E em todo o seu longo percurso, corre-lhe sobranceira a cadeia dos Gattes Ocidentais, cuja escalada conduz aos altos platós Decânicos. Do sopé da Cordilheira, que outrora banhava, o Mar Oceano recuou um dia. Foi quando o deus Vishnú — diz a mitologia local — logrado pelo seu amigo Cassiapa que lhe recusava morada, ordenou que Varuna, Senhor das águas, lhe cedesse terreno. E assim nasceu a longa faxa do Malabar e do Concão, teatro de tanta façanha portuguesa.

É nessa faxa do Concão que vamos situar a nossa história. Qual foi a convulsão geológica que, em certa altura, despedaçou êste Concão numa mancheia de ilhas, de um verde tão inefável e pitoresco? Ao tempo que deus Varuna milenàriamente recolhia as suas águas, destapando mais um crescente de terra ariana, (como de facto atestam conchas e animais marinhos petrificados do seu sub-solo), dos flancos da Cordilheira, como em dia de juízo final, formidáveis blocos se desagregaram e o Mar, galgando por entre êles, ao encontro das torrentes descendo das montanhas, deu

à luz êstes rios e canais de tão serêna doçura, onde, sôbre o espêlho das águas bonançosas, do céu muito azul os coqueiros reflectem a sua grenha ondulante.

Indús, Gregos, Mahometanos ou Portugueses, no seu marear por êstes litorais, tomaram todos boa nota dêste arquipélago tão chegado à terra. Os primeiros, na sua obcessão religiosa, fundaram ali a metrópole dos seus ritos devocionais: encheram-na de templos, de tanques, de *tirtas*, de ídolos e oratórios, — que os mahometanos derrubaram no seu furor iconoclasta. Para os Portugueses, como haviam sido para os gregos de Ptolomeu Philadelfo, as suas ilhas constituïram o remanso onde descançavam da faina mercantil ou guerreira. E foi assim que muitas ilhas dêste agrupamento, Baçaim, Caranjá ou Taná, foram sede das «*fremosas ortas*», das *Quintas fidalgas* do que pretenciosamente se chamava, no nosso áureo século XVII, — a *Côrte do Norte*.

No início da ocupação portuguesa, logo em 1509, D. Francisco de Almeida conheceu êste velho e abandonado arquipélago, onde recolheu mantimentos e donde enviou a sua carta-aviso a Malik-Eyaz, senhor de Diu e hospedeiro dos Turcos (Rumis), anunciando o intento de os destruir. Vinte anos correram, velejando as nossas armadas ao largo. Mas em 1530, Heitor da Silveira, em violenta ofensiva contra Bahadur-Schá, sultão de Guzerate (Cambaia), martela a costa a ferro e a fogo, destroi Surate, Reynel e Damão e, havendo notícia que Baçaim acolhera os Turcos, ataca de súbito as suas tranqueiras, arraza «*fremosas ortas e canaveaes de açucare e fremosos boys de carga*», lança um forte tributo e, ficando com a *Ilha de Mumbay* (Bombaim) em penhor, larga as velas, òvante, para Chaul.

Um ano depois, Diogo da Silveira vai a Taná, capital do distrito, receber as *páreas*, que lhe são recusadas.

Diogo entra em Taná, acomete a cidade, que desbarata e incendeia, conduz para Gôa quatro mil escravos, logo empregados na construção de magestosos edifícios, e em Gôa dá conta a Nuno da Cunha das cousas de Baçaim: que a cidade era um centro de abastecimento e preparativo dos Turcos do Sultão, onde armazenavam a madeira para construção das suas naus e galés, com o propósito de fazer de Baçaim, contra nós, uma base militar, económica e política que cumpria, quanto antes, arrazar. Ouvidos os capitães em conselho, Cunha resolve agir e longamente se prepara para vibrar um golpe decisivo no poder arrogante de Cambaia. Em Dezembro de 1533, Chaul é a base de concentração das fôrças portuguesas: são 30 velas grossas, galeões, galés, albetoças e fustas e mais as armadas da costa. Vão quatro mil Portugueses, sendo dois mil *reynoes* e dois mil «*homens de Gôa*» e malabarinos. Chegada a Armada a Baçaim, Cunha exige o derrubamento da fortaleza mourisca e cem mil *pardaos* em ouro. O chefe local Malik-Tocan, homem de confiança do Sultão, tenta manhosamente protelar a questão: «*Aquela terra nom fizera mal aos Portugueses e Deus nom consentia fazer mal a quem o nom fazia*». Cunha ordena a sua gente em quatro colunas mixtas de europeus e nativos, comandadas pela fina flôr dos seus capitães, os mais luzidos nomes da Índia. Na vanguarda das colunas marcham os frades de cruz alçada e vão desfraldados os guiões dos capitães. O Governador vai ricamente trajado: cossalete branco e dourado, chapéu de guedelha vermelha com pluma branca e fêcho de pedraria, colar de rocais esmaltados pelos ombros, sapatos franceses com fitas de pontas de ouro, bastão dourado apoiado ao quadril, cavalo branco guarnecido a veludo preto, com franjas de ouro. Adiante o alferes com a bandeira real de damasco branco e Cruz de Cristo e atrás dois pagens com a lança, a adarga e o capacete.

Os guzerates defenderam-se mal, a despeito das suas sólidas fortificações. De roldão, a Fortaleza foi entrada e os mahometanos, tomados de pânico, evacuaram sucessivamente suas posições. O Governador prometera o saque: como Mahomet II na tomada de Constantinopla, friamente respeitou a promessa. Armou cavaleiros. A sua gente desmandada queimou e arrazou mesquitas, hortas, banhos, canaviais e frutedos, tudo «*muy fremosa cousa para ver*» diz o cronista.

Mas Baçaim, se interessava arrazar, não interessava conservar, a dois passos de Chaul, onde tínhamos uma base segura. Atestadas as sapas de pólvora, a gente recolheu aos batéis, e mandando o Governador dar fogo às minas, tôda a fortaleza arrebentou com tremendo estrondo e, diz o cronista: *e eu vi pedra tamanha como pipa que foi cair mais longe da fortaleza que o tiro de hum falcão*».

Nesta operação, as perdas portuguesas, diz Lafitau, foram de um ou outro fidalgo e poucos soldados. O inimigo deixou o campo juncado de cadáveres. Foi isto a 20 de Janeiro de 1533, dia de S. Sebastião, que deu o seu nome ao primeiro dos novos baluartes. Vitorioso, Cunha regressou a Gôa com 400 canhões tomados ao inimigo. O Senado, o Arcebispo e o Governador da cidade foram recebê-lo à Porta da Ribeira com pálio, tanger de sinos, guiões ao vento, procissão solene à boa maneira antiga. Baçaim, porém, foi nessa altura abandonada. A sua nova ocupação definitiva constitui um interessante capítulo da sua e nossa história:

O velho reino de Guzerate, ou *Cambaia* como então disseram, tinha por sultão o rico e poderoso Bahadur-Schá, cuja estranha personalidade enche páginas curiosas das crónicas coevas, podendo resumir-se assim: «*Homem trigueiro, muyto gentil e bem assombrado e de bom corpo. Opiniatigo, acelerado em sua*

paixão, de huma hora pera outra fazia mil mudamentos. Com os Portugueses nom queria menencoria e queria ser amigo. Muytas cousas mandava de mal fazer e depois folgava de nom serem feitas, com desmanchos e doudices nos pontos de sua honra». Assim definido, o sultão admirava os Portugueses — e detestava-os. Desejava-os para seus aliados — e não perdia sota de os guerrear. O drama das suas concessões de Diu, que ora dava e logo tirava, só teve lógico epílogo na tragédia absurda da sua morte, sobre a qual, em cronistas nacionais e estrangeiros, li já três ou quatro versões, algumas vagamente pejorativas para Nuno da Cunha e seus companheiros.

Um dia, para castigar a sua rebeldia, o Grão-Mogol desceu sôbre Guzerate com um exército poderoso. Abandonado dos seus pares, Sultão Bahadur sentiu-se perdido e para obtemperar a uma destruïção certa, resolveu socorrer-se do auxílio português. Enviou então sùbitamente um mensageiro a propôr um tratado de aliança e amizade a Nuno da Cunha, oferecendo-lhe Baçaim e seus termos «*com todolas suas terras fyrmes e mar com toda sua jurisdição, mero e mixto império com todolas rendas e direitos Reaes*», etc., etc. As rendas eram grandes. Nuno da Cunha, dissimulando a sua alegria, agarrou com as mãos ambas. Em 25 de Dezembro de 1534, a bordo do Galeão S. Mateus, assinou o tratado — e logo mandou construir a Feitoria. Martim Afonso de Sousa, Capitão-Mór do Mar, corrupto mas superiormente inteligente, orgulhoso e intrépido, tomou conta da cidade. E foi interessante, pelo seu protocolo, a cerimónia da posse: no terreiro do baluarte do mar encontraram-se os embaixadores. Tocaram as trombetas a reünir os regedores das vilas (tanadares), e o embaixador tirando do seio a *chapa* do Sultão, disse ao que vinha, entregando a *chapa* a Martim Afonso, que a meteu numa *bocetinha* de ouro. Então todos os regedores se debruçaram em grande

reverência e, um a um, foram depôr um raminho de herva cheirosa nas mãos de Gaspar Pais, nomeado 1.º Feitor de Baçaim.

Foi no decorrer das peripécias sôbre a almejada ocupação de Diu, que Nuno da Cunha enviou à pressa o seu cunhado Garcia de Sá, para iniciar a construção da Fortaleza. E, parando em Baçaim no seu regresso de Diu, também em dia de S. Sebastião, 20 de Janeiro, após missa solene e benção pelo vigário geral, Cunha deu a primeira enxadada e colocou a primeira pedra do Baluarte de S. Sebastião, metendo-lhe debaixo «*madrefaxaos de ouro e portugueses*». Por Capitão ficou o cunhado, com quem «*folgou de ficar muyta gente, porque havia muyto dinheiro*», diz o cronista.

Não se consolidara, porém, tanto quanto havia mister, a posição conquistada. Era difícil convencer os soberanos limítrofes, o Imperador ou o Sultão, que o coração do litoral Índico, que à sua opulência inesgotável reünia o encanto de um clima privilegiado, ficasse para sempre em mãos cristãs. Já uma expedição do Grão-Mogol ameaçara Baçaim, onde o pânico se apoderava da população, prestes a reembarcar, abandonando a terra, se não saísse a barrar o caminho a bravura de *hum* António Galvão que foi depois o celebrado autor do *Tratado de diversos e desvairados caminhos.*

Em 1539 um outro assalto se esboça, da parte dos guzerates. A população indígena revolta-se, apossando-se da cidade e resistindo os Portugueses na Fortaleza, sob o comando daquele íntegro e valoroso Ruy Lourenço de Távora, depois Vice-Rei da Índia, — que abandonou a capitania de Baçaim, por o Vice-Rei D. Garcia de Noronha, velho sumítico, não querer pagar a soldada aos combatentes. «*Nom curava senão de apanhar e guardar, dizendo que El-Rey lhe dera a India pera se pagar de sincoenta anos de muytos serviços*», ao que Ruy de Távora altivamente ripostava:

«*Pois, Senhor, se El-Rey nom tem com que pagar a gente, nom tenha fortalezas. Eu sem gente nom posso guardar a sua fortaleza de Baçaim. D'aquy vol-a entrego. Eu nom hey de servir com suores alheios mal pagos e homens aleijados de feridas que ao desamparo vão morrer no esprital onde morrem de fome*».

Eram duros os tempos e mais duro o coração dos homens — quer amealhando em terra inhóspita para vida farta no Reino, quer pondo êsse coração ao alto, na defensão extrema da grandeza da Pátria.

A êsses duros tempos, um século mais tarde, outros tempos suaves se sucederam. Se puzermos uma perna de compasso na cidade de Baçaim e com a outra traçarmos uma circumferência de um raio de 20 milhas, teremos abrangido o rincão precioso, «*a spot of ground which, of his kind, has no equal in the wide world*», no dizer de um historiador, que o atribulado Sultão Bahadur puzera em mão do seu amigo Nuno da Cunha e que, num agrupamento de doze ilhas, compreendia entre as principais: *Vasai* (Baçaim), Salcete, *Mumbai* (Bombaim), Mahim, Elefanta, Caranjá e a terra firme até Kalyan, as velhas cidades que o egípcio Cosmas em 530, o chinês Hüen-Tchang em 640 e Marco Polo em 1285 descreveram como das mais opulentas e famosas. A êsse rincão onde os Portugueses se espalharam, primeiro combatendo ou mercadejando e depois repousando em vida sensual e devota, descansando das travessias tormentosas do Índico, requestando as donas, merendando nos conventos, a êsse rincão que pretendia ofuscar Gôa e rivalizar com Lisboa, chamavam então, pomposamente, e o nome ficou na história: *Côrte do Norte;* e em todo o Oriente se tornou um figurino de simultânea altivez e fatuidade o *Fidalgo de Baçaim.* Uma alta e dupla muralha rodeava em tôda a extensão a cidade. No centro ficava a cidadela, com o seu Baluarte Cavaleiro. Con-

tavam-se seis conventos, de franciscanos, dominicanos e agostinhos, treze igrejas, sendo uma a sua famosa Catedral, e dois Colégios de Jesuítas, com um Asilo de Órfãos e uma rica biblioteca de ciências morais e históricas. Havia mais a Santa Casa com o seu Hospital, o Cárcere da Inquisição com moradia do Comissário-Inquisidor, o Palácio do Governador ou *General do Norte,* o Tronco e os Armazéns da Feitoria, sem contar os inúmeros palácios e as quintas dos *Fidalgos* que por tôda a parte ocupavam hortas de recreio, canaviais e jardins. A êsse tempo e depois, a população cristã e portuguesa de Baçaim contava mais de sessenta mil almas, das quais próximo de três mil *reynoes,* só no âmbito da cidade.

No apogeu da sua grandeza, Baçaim com as suas quintas e os seus conventos, os seus fidalgos, frades e donas, foi como aquelas terras orgulhosas que se fecham ao contacto exterior, na contemplação da própria importância. Embevecidos nas suas quintas, ante o salamaleque dos seus escravos, os *Fidalgos* julgavam-se senhores de um mundo privilegiado.

«Uma gala de Baçaim,—nos têrmos em que a descreve um historiador britânico—é a pintura esmerada de uma época. Entremos na sua Catedral, um amontoado de damascos de sêda, candelabros dourados, Cristos sofredores, lustres, vitrais e paramentos ricos. Reclinados nos genuflexórios, estão os Fidalgos de Baçaim e as suas Donas, em flamante indumentária, agrupados no protocolo peculiar ao Oriente. Vemo-las, as Donas, descendo dos seus palanquins, os pésinhos delicados pisando por sandálias de veludo as estreitas azinhagas de jasmineiros, destinadas a furtar a sua beleza às vistas irreverentes da multidão indígena. Entram na Catedral, trajadas de sêda e musselina flutuante; nada falta: plumas de avestruzes de Mascate, filigranas de ouro de Delhi, leques de sândalo de Macau, diamantes de Golconda ou pérolas de Ormuz, cousas banais para seus pais e esposos, fidalgos e mercadores. Ajoelham e rezam com afectação e o ar carrega-se de sândalo de mistura com o incenso dos turíbulos. Em dada altura, um monge de hábito escuro que um cordão branco aperta, de rude aspecto, alto, descorado, de grandes olhos azuis contemplativos, sobe ao púlpito. É hoje um grande dia em Baçaim, e êste é Xavier, o apóstolo da Índia, que acaba de chegar de Malaca.

«A sua voz inspirada troveja pelos séculos, chamando os homens ao arrependimento. Estão todos: Dominicanos de sotaina e capuz negro, Franciscanos de hábito cinzento e cordão branco, Agostinhos e Seculares. O prégador abala as naves com a sua exaltação apostólica: exorta, repreende, anatematiza, num mixto de português e castelhano. Dona Maria estremece sob a eloqüência apaixonada do formidável jesuíta. O prégador cala-se um instante, toma fôlego para um apêlo final,—e no silêncio murmuroso que se estabelece, houve-se lá fora o chilreio dos bul-bues saltitando na folhagem verde-escura dos tamarindeiros e das mangueiras».

Duzentos e dez anos viveram assim os Portugueses, na sua *Côrte de Baçaim,* sob a regência do Fidalgo Governador do Norte e Capitão General de nomeação e confiança de Sua Magestade El-Rei.

Mas foi desolador o reverso da medalha. Pelo último quartel do século XVII, Baçaim resvala, lenta e inexorávelmente por um pendor, e longa e sombria é a odisseia do seu declínio. Quais as causas dêsse declínio? Foram as mesmas, e sempre as mesmas, que aceleraram a queda de todo o nosso império do Oriente: longas, copiosas, insuperáveis e complexas, de ordem material e, mais ainda, psicológica, elas definem um povo e uma evolução, e ocupariam um volume inteiro de história crítica. Se a alforria da morte não permitir que a escrevamos um dia, outrem o fará com menos acanhamento e mais saber. O nosso relato prossegue.

Aquele pobre D. Pedro de Mascarenhas, Conde de Sandomil, Vice-Rei da Índia, a quem coubera a triste missão de amortalhar o nosso império, era um homem sobremaneira honrado, de patrióticas intenções. Não era mais nada. Em sucessivas cartas para El-Rei, escreve assim: «*Não pude resolver a dita acção por me achar com terceiro acometimento de hidropesia e tão debilitado de forças que apenas vinha da cama para a cadeira*». E mais tarde: «*Das minhas faltas que se padecem no melancolico systema em que me acho, Deus que para meu castigo tem permitido tantos estragos, seja servido de os suspender e de aceitar em satisfação dos meus pecados e aflição que tenho de dar a Vossa Magestade esta conta tão cheia de tristissimas noticias*». Isto serve para definir a personagem e compreender a série de capitulações que levou à ruína um domínio poderoso, cimentado em tanto esfôrço e sangue lusíada. O tempo dos Governadores *assomados e fragueiros* era de todo passado, e a êle se sucedia o dos vice-reis melancólicos e aflitos...

Bagi-Ráo-Peshwá, senhor do novo e forte exército dos Mahratas, era xenófobo em extremo, e os seus homens, como os define Hammont, «*nombreux et féroces, hardis cavaliers, audacieux comme les Normands, rapides comme l'aquilon*». Na sua ambição de subjugar todo o Concão, da sua praça-forte de Poona, o Peshwá voltava-se irritado para as nossas fortalezas e feitorias. A soberba dos nossos capitãis, a sua linguagem desabrida, abonada pela intriga catequista dos nossos frades, feria estes pequenos soberanos locais no âmago do seu orgulho. E hoje, neste findar do século XVII, em que as cousas da Índia já não eram monopólio lusitano, porque outros europeus intrigavam e combatiam por êsse monopólio, a arrogância do Peshwá não conhecia limites. Ia longe o tempo em que sultões e rajás evacuavam apavorados o litoral à aproximação das armadas portuguesas. Hoje, rajás e

sultões tinham fôrças organizadas, com instrutores franceses, ingleses, holandeses e até prussianos, com apontadores italianos e portugueses desertores, mandavam sitiar as nossas fortalezas, lançando o pavor nas suas guarnições desapoiadas por falta de gente e munições. E bem o dizia a El-Rei o honrado Sandomil: «*de onde se poderá concluir qual he a infeliz sorte de quem tem muyto que cubrir e muyto pouco com que cubra*».

Era inteligente a tática do Mahrata: atacar fundo o centro do império para intimidar e confundir os dirigentes, emquanto na periferia as suas hordas implacáveis assaltavam e despojavam os baluartes. Para isso simultaneamente destacara duas fortes colunas, uma para entrar em Gôa e outra para ocupar as ilhas da *Côrte do Norte*. Tomados de surpresa, os Capitãis das nossas praças, ou as desguarneciam retirando apressadamente ou com veleidades de resistir, acabavam todos a fio de espada. Por emissários acelerados exoravam o socorro do Vice-Rei, mas o Vice-Rei, com o inimigo entrado em sua casa, debilitado e melancólico, «*tinha muyto que cubrir e muyto pouco com que o cobrisse*»... Iam assim as fortalezas do Norte sucessivamente cedendo ante o ímpeto de um inimigo exaltado por uma mística própria, qual era a expulsão dos Portugueses e a destruïção das suas igrejas. Atordoado, com as mãos na cabeça, o Conde-Vice-Rei informava para Lisboa: «*A minha grande infelicidade, originada nos meus mayores peccados me obriga a participar a Vossa Magestade que... os fortes do Rio de Tanà todos estão pellos inimigos e o de Reys-Magos se entregou vilmente... Ignoro como hei de achar meyos para pagar a gente do paiz, que são sipaes e patanes, os quaes em lhe não pagando se retirão e o peyor he que se passão para os inimigos*». Em compensação, mandava que o General do Norte desse dupla soldada a uma Rosa Maria, heroína de Baçaim, acrescentando: *Hum*

dos castigos que se deve dar aos que tão mal se tem havido, seja o de que esta Heroina publicamente os ponha a seus pés, conculcando-os com elles em sinal de desprezo». E assim fica retratada a moral da época.

Em fins de 1738 chegou uma Armada do Reino. Lançaram-se pregões. Venderam-se as pratas das igrejas e arranjou-se algum dinheiro. E com 500 europeus e 4 mil indígenas, o General do Norte, Brigadeiro Mestre de Campo Pedro de Melo, atacou o Mahrata. Mas nas ameias da Fortaleza de Mahim, donde dirigia o ataque, um pelouro deu-lhe em pleno peito e derrubou-o para sempre. E Mahim foi-nos arrancada, sendo tôda a sua guarnição passada à espada. Sem gente, sem dinheiro, sem fé, o Conde-Vice-Rei tenta os últimos cartuchos: apela para os franceses de Pondichery e para os ingleses da East India Company de Bombay. Dupleix, casado com uma senhora de origem indo-portuguesa, foi amável: ofereceu duzentos soldados franceses e material de guerra. A pólvora e as munições foram aceitas, mas para pagar aos soldados não havia com quê; amàvelmente também foi recusada a oferta. Quanto aos ingleses, a história é mais complicada:

Reünido o Conselho (Board) da Companhia, o Presidente e Governador de Bombay, Honorable John Horne, referiu o seguinte, que consta do seu Livro de Actas: «*O Presidente recebeu uma carta do Vice-Rei de Gôa participando que os Mahratas estão senhores da Ilha de Salcete e encontra-se em enorme dificuldade para defender Gôa. Requer em termos instantes o nosso pressuroso auxilio em homens e municiamento, acrescentando que da nossa resolução depende em grande parte a sua destruição ou salvamento*». Discutiu-se o assunto e resa a acta: «*Foi unanimemente aprovado que o perigo da queda de Baçaim por falta da nossa assistência, seria não sòmente motivo de justa censura, por abandonarmos uma nação aliada e amiga, mas de peores conse-*

qüências para o próprio interesse e bem estar desta Ilha. (Bombaim)».

Novamente, em Abril de 1739, reüne o *Board*, no *Bombay Castle*. O Presidente-Governador, sir Stephen Law, comunica ao *Council* «*um pedido premente do Vice-Rei para socorrer Baçaim e Chaul com um empréstimo de cem mil rupias e material de guerra. Resolveu-se carecermos de autorização superior para tais empréstimos, estando prontos a conceder o material necessário sem prejuízo desta mesma Ilha. O Presidente é autorizado a comunicar esta resolução ao Comandante do Norte e de estarmos, de resto, justamente penalisados pela sua desgraça e desejosos de os animar e auxiliar. («Beeing otherwise justly sensible of their great distress and willing to assist and relieve them»).*

Todavia, o Vice-Rei como o General do Norte sentiam-se maguados pela frieza dos nossos aliados. E tinham talvez razão. Em carta para o Vice-Rei, dizia o nosso General: «*Não devo deixar de presenciar a V. Ex.ª a infidelidade que os ingleses usão conosco. Continuamente, estão fornecendo* (ao Mahrata) *com munições e granadas e mandarão* (ao mesmo inimigo) *quatro embarcações carregadas de polvora e balas*». E mais adiante: «*O que posso asseverar a V. Ex.ª he que não he menos inimigo nosso o Inglês que o Mahrata, porque o está auxiliando continuamente contra nós, fazendo-nos igoal danno com a capa de amigo; esta materia he tão publica que não ha pessôa nenhuma em Bombaim que a não saiba*».

Era delicada a situação britânica. A Inglaterra iniciava a edificação de um grandioso império *sôbre as ruïnas do nosso*. Não fôra ela que o arruïnara, mas sim nós próprios, com os nossos «*desmanchos e doudices*», como diriam os nossos cronistas, se vivos fôssem. Não repudiava o seu dever moral e sinceramente nos auxiliaria no que pudesse, como adiante se verá. Mas não seria humano nem político que com-

prometesse o êxito da sua própria obra. Auxiliava o nosso inimigo? parece certo. Mas não menos certo é que o queria *queimar* — como de facto o *queimou*, com as nossas achas, colhendo das suas mãos a nossa herança, como de facto colheu. A política tem a sua moral que ao historiador só importa compreender antes de julgar. Não foram os ingleses que se estabeleceram à fôrça no *centro* do nosso arquipélago do Norte. Foi um monarca nosso que lho deu de mão beijada, para casar uma filha. As cousas são o que são.

Ao historiador Grant Duff se deve esta confissão referente ao caso: «*That political animosity and the spirit of commercial rivalty, should have tended to a conduct which, certainly, in some degree, detracts from our national reputation*».

Ao Conde-Vice-Rei, apertado entre duas tenazes, não restou outra solução senão abrir pazes. Foram longas e curiosas as negociações. O General Martinho da Silveira, último Governador do Norte, recusava-se a tratar com o inimigo: era descendente daqueles famosos Silveiras, António, Heitor e Diogo, a cujo denôdo dois séculos atrás, se devera a conquista destas possessões. Queria manter impoluta a honra do nome que herdara. Quando resistia a um desesperado ataque do inimigo ao Baluarte dos Remédios, uma bala matou-o. Era o segundo governador da praça que caía em combate. Nessa trágica conjuntura, surgiu o homem necessário à grandeza da tragédia: o General Caetano de Sousa Pereira, combatente da primeira hora, ferido, assumiu o govêrno e continuou a enérgica resistência.

Mas a resistência era impossível. A 13 de Maio de 1739, a Fortaleza achava-se tôda minada. Os Mahratas ocupavam a cidade e dominavam os subúrbios, oprimindo e vexando os habitantes, emquanto a população cristã, europeia e nativa, recolhera à cidadela.

Foi ordenada a evacuação de mulheres e crianças. O espectro da fome erguia-se ameaçador. O Peshwá perdera já 12 mil homens, e os nossos 800. Mas na tarde dêsse dia o Baluarte de S. Sebastião, erguido sôbre a lage fundamental de Nuno da Cunha, em 20 de Janeiro de 1536, dia onomástico do Santo, voava pelos ares. Pela larga brecha trepavam os Mahratas, arrimando escadas, abatidos às centenas; e para tapar as brechas de tudo se serviam os sitiados, «*não escapando os adros nem as sepulturas das igrejas, degraus das escadas, portais e portas, caixões, madeiras*», trabalhando homens e mulheres debaixo de fogo. Mas a resistência era, na verdade, impossível. E dou a palavra ao próprio Governador da Praça, Caetano de Sousa Pereira, em carta para o Vice-Rei: «*Exm.º Sr. Com o maior sentimento vou aos pés de V. Ex.ª a dar-lhe a infeliz notícia da perda de Baçaim. Mortos muitos oficiais e soldados, passando já os feridos de cento e sincoenta, consumidos mais de seis mil fogos de mãos, muitas bombas e carcassas, sem haver já na Feitoria munições algumas, achando-nos faltos de tudo e ainda de mantimentos, falando o inimigo que, se não nos rendiamos, dava fogo a mais três minas que tinha prontas, convoquei aos prelados, oficiais de graduação, vereadores e pessoas distintas, assentarão todos ser conveniente ao serviço de Deus e El-Rey levantar uma bandeira branca, pedindo cessão de armas para capitular*». Entre os *oficiais de graduação*, é interessante saber-se, contavam-se *oito capitãis de mar e guerra, dois capitãis-tenentes* e *três capitãis de pálias*, dos restos das Armadas da Índia.

O Chefe Mahrata Chimnagi, irmão do próprio Peshwá, que dirigia o ataque, cessou o fogo e recebeu como emissário D. Pedro do Rêgo Barreto da Gama e Castro, Ajudante-General, da Casa de Viana, Fidalgo de Sua Magestade, homem «*muyto principal*» de Entre Douro e Minho, que pelejava na Índia desde 1718; votara

contra a rendição, mas aceitou nobremente o encargo de a negociar. O Mahrata portou-se com dignidade. As suas condições foram honrosas e liberais, constando de doze capitulações. E sejamos justos mais uma vez para os nossos velhos aliados ingleses. Acudindo pressurosamente com embarcações e mantimentos, organizaram o transporte de tôda a população para Bombaim e Chaul, alojando-a e alimentando-a «*com grandeza e muyta charidade*», diz o próprio Sousa Pereira, influenciando o Mahrata para se mostrar generoso, — a despeito dos irritados agravos com que os nossos generais mimoseavam o Governador de Bombaim, em epístolas exasperadas. Mas os ingleses inteligentemente compreendiam que tais agravos, por vezes incoërentemente cortados de súbitas humilhações, eram filhos daquela «*great distress*» em que os seus autores se achavam.

Uma parte das tropas seguiu por terra de Chaul para Gôa, e atacada por bandos armados, perdeu 200 dos seus melhores homens. O Comodoro inglês viu chegarem a Gôa os restos dos míseros destacamentos «*com aflição e tristeza em cada rosto*».

E assim acabou a Praça Forte de Baçaim, as suas Quintas fidalgas, os seus catorze fortes e tôrres de vigia, os seus templos e palácios. As suas ruïnas ainda existem. Descortina-as ao longe, negras, esfumaçadas, o turista que vai de visita aos templos subterrâneos de Elefanta...

É pela quietude das águas de Baçaim, cortando a rada magestosa da capital inglesa, que se chega às Ilhas de Salcete e Elefanta. Todos os visitantes as descrevem, tôdas as ilustrações as reproduzem, porque são uma maravilha do Mundo. É que nestas ilhas estão situadas as ciclópicas construções do génio humano que jàmais, na remota antigüidade, a crença de um povo concebeu melhor: os Templos Subterrâneos. «*J'avais lu bien des descriptions pompeuses de ce temple creusé dans la roc; mais quelque fût mon attente, la realité la surpassa beaucoup*». E estas palavras do sr. de Lanoye, dando a expressão do conjunto, dispensam-nos de mais pormenores. Tôda uma montanha é perfurada, escavada, ampliada no seu ventre. Escadarias talhadas na rocha conduzem a portais magestosos de colunas estravagantes de estilo. Lá dentro, no âmago das colinas, ficam as naves dos templos cujo tecto, que é o mesmo corpo da montanha, apoia-se em macissas colunas, que ninguém para lá transportou porque foram esculpidas na espessura da própria rocha. Nas paredes subterrâneas cinzelaram, em baixo relêvo, e coloriram figuras prodigiosas ou absurdas, de fantásticas e misteriosas creaturas, numa profusão de entontecer: colossais e sorridentes Budas, desengonçados Sivas de três caras, bailarinas e santões, demónios e guerreiros, tigres, serpentes, macacos e elefantes: e tudo nos contempla, baila ou gesticula, há mais de um milénio. Nas naves laterais, como na própria superfície das colinas, cavaram-se celas, aglomeradas ou perdidas, esboços de tanques, nichos e oratórios — e sobretudo santuários do indecoroso deus Linga, símbolo da fecundidade eterna. E o viajante sente-se simultaneamente confiante e apavorado na calma, frescura e penumbra quási sobrenaturais que hoje invadem êstes outrora sagrados recintos.

Quem construiu êstes templos? Monges budistas antes de Cristo ou ritualistas do Sivaísmo nos primeiros séculos da nossa era, pouco importa. O que sobremaneira nos importa é que essas ilhas e êsses templos foram, durante duzentos longos anos, portugueses. A sua primeira e, certo, a mais curiosa descrição, foi um Cronista português que a deu, em pleno século dezasseis. Activamente procuraram os nossos franciscanos e jesuítas devassar essas naves, penetrar nos seus recantos, compreender o seu signi-

ficado com as luzes bruxoleantes da época. Saíam do seu interior a persignarem-se como contra malefícios de habitações diabólicas.

Na monção de 1738 a El-Rei escrevia o Conde-Vice-Rei de Sandomil prometendo que se empenharia na defesa da Ilha de Salcete «*por ser a joya mais preciosa do domínio de Vossa Magestade*», e aprovava um plano encomendado ao Feitor e Alcaide-Mór de Baçaim, André Ribeiro Coutinho, capitão de mar e guerra, que em 1723 chegara à Índia capitaneando a Charrúa *S. Thomaz de Cantuária,* para fortificação de tôda a ilha. Era a maior do Arquipélago, de mais acidentada orografia, em cuja periferia entra o oceano em pitorescos ancoradouros, emquanto no centro uma cerrada vegetação florestal cobre as fraldas das colinas quási inhabitáveis, como «habitat» que são de feras e da terrível plasmódia malárica. É nestas colinas, em dez pontos diferentes, que se cavaram os templos, dos quais os mais notáveis são os de *Kenheri* e *Mandapésvara* — que os Portugueses escreveram *Monpacer* e, talvez os franceses, *Mont-Pezier.*

Á Ilha de *Garapuri, Cidade das Cavernas,* chamaram os Portugueses *Ilha do Alifante* ou simplesmente Elefanta, porque da rada se avistava, soerguido na encosta de um outeiro, um monumental elefante talhado em rocha viva, que sustentava no dorso um tigre.

Na plena posse destas ilhas por dois longos séculos, não pensaram os Portugueses em dotá-las de construções militares, mas em contrapartida encheram-nas de igrejas e capelas, pois onde não houvera ensejo de pelejar com a espadá, tornava-se mister alçar a cruz. Frei António Pôrto foi, nestas paragens, o apóstolo incontestado, émulo de Xavier, a quem, simultaneamente se deveu a conversão de milhares de almas, incluindo muito *joguis* ou sacerdotes do

induismo, e a edificação de dezenas de templos, pois só na Ilha de Salcete se contavam dezoito igrejas conventuais, a maior parte hoje em ruïnas. O proselitismo tomara o ardor de um verdadeiro apostolado, e todos sabem que as populações desherdadas do Oriente são como herva sêca de que o credo religioso fôsse o lume que abrasa. Já no início do nosso domínio, de Baçaim saíra um oriundo da terra a catequizar o Japão, ao depois canonizado pela Igreja como beato e mártir — S. Gonçalo Garcia.

Frei António Pôrto e seu sucessor indo-português Frei Manuel Gomes conheceram e visitaram os Templos Subterrâneos. Inteligentes e compassivos bastante para compreender que êles não eram mais que a expressão, fantástica embora, de uma Crença digna de respeito, limitaram-se a construir ao lado igrejas e até um asilo de órfãos. Assim, junto aos subterrâneos de Kenheri jazem as ruïnas da Capela portuguesa de S. Miguel, como sobranceira aos de Mandapesvara está ainda a Igreja de N. S. da Piedade. Eram fortalezas da fé católica à ilharga dos milenários templos da velha religiosidade oriental, mantendo sagrado êsse ambiente de paz e serenidades eternas.

Contesta-se assim o injurioso labéu que viajantes levianos atribuïram aos Portugueses, de terem profanado os monumentos sagrados destas ilhas. «*Les portugais se distinguèrent ici par un honteux vandalisme, mutilant les statues, renversant les colonnes et, d'après leur propre recit, éffaçants les inscriptions*», afirma, exagerando o sr. Rousselet. Apela, decerto, para o testemunho de Diogo de Couto que, de facto, nas suas Décadas e na inspiração do seu pèssimismo, acusa os seus compatriotas.

Nos primórdios do século XIII, o furor iconoclasta do Mahometismo empenhou-se em derrubar ídolos, arrazar templos, assolar parques, destruir os documentos epigráficos do Sivaísmo que tão brilhantemente

aqui florescia. A dentro das próprias religiões locais, e a despeito da tolerância que as enobrece, as lutas intestinas chegaram por vezes a extremos de represálias destruïdoras. «*The Portuguese,* diz com inteligência e justiça, o eminente orientalista Gerson da Cunha, *have already had too many sins to account for, and there is no need to add to the list òthers they never comitted*». Limitaram-se os Portugueses a aproveitar pagodes e mesquitas para as transformar em igrejas: o estilo arquitectural paralelo, como històricamente o fôra entre os tempos pagãos do remoto oriente e os cristãos do médio, permitiu que ruïnas do catolicismo coexistissem hoje, serenas, com os Templos Subterrâneos de universal renome, de quem diz um erudito arqueólogo: «*Aucun monument n'est plus capable de produire sur nous cette impression de surprise et de stupeur que le célèbre temple souterrain d'Éléphanta*».

Um inimigo que espreita a sua hora e não perdôa, silencioso, vagaroso, vindo das profundidades do solo, inexoràvelmente se apoderou da cidade e fortaleza, onde por centenas de anos tremulara o guião de damasco branco com a Cruz de Cristo. Êsse inimigo, não foi o Mahrata, não foi o inglês nem o holandês. Foi a vegetação exuberante do trópico, a hera que se insinúa por entre as pedras das muralhas, as grossas raízes da figueira indica que subvertem as lages de conventos e palácios.

Não resisto a traduzir, para remate do meu fraco estudo, as impressões de categorizados investigadores britânicos, no que modernamente escreveram sôbre Baçaim:

«*No silêncio e na soledade que imperam soberanos,* diz o sr. Gerson, *onde outrora soava o arruído das armas e o troar do canhão, só os passos do viandante ecôam pesadamente ao próprio ouvido. As naves dos templos onde decorriam os festivais suntuosos e os recintos onde deambulavam as faustosas e solenes procissões, jazem agora sombrios e desertos*».

E remata um historiador: «*Pela intolerância com que proscreveu e perseguiu todos os credos para impôr o seu, Baçaim teve a sorte que merecia. Nos seus templos reina a desolação. Nem um devôto procura hoje subir os degraus da sua Catedral em ruïnas. Nem uma candeia arde, bruxoleante, nos seus desertos altares. Como a zombar do seu orgulho, o único templo que atrai ali fiéis, pertence à mesma religião que ela expulsou e tão encarniçadamente destruiu. Nandi, o Boi sagrado, e Hanuman, o deus-macaco, triunfam sôbre o símbolo da Cruz*».

Não fique sem resposta a amarga ironia. Dá-a outro investigador e viajante: «*São decerto, à vista, melancólicas cousas, mas são monumentos de passadas grandezas, de um amor da glória, altamente superior à ância de amealhar moedas que preponderou na actividade de outras nações, e um zêlo pelas cousas divinas, que se não foi utilitário, foi todavia um zêlo — e bastante sincero*».

O peor é que não nos limitámos ao zêlo divino, e fêz-se o que se pôde na ância de amealhar moedas...

A BASE NAVAL DE SURATE

Novamente Cambaia: sentenciado como estou a não desertar das águas dêste golfão, águas que, tintas de sangue português, exercem ainda, através dos séculos, como que uma biotáxia positiva nos glóbulos de quem mergulha no caudal da sua história.

Nêste segundo quartel do século XVII não se verte já êsse sangue precioso apenas na vingança pessoal dum vice-rei: «*Quem o frangão comeu, ha-de comer o galo ou pagálo!*»; nem tão pouco no interêsse dos carregamentos do senhor capitão-mór João da Nova. Singravam ainda as náus na volta do mar, quando a estranha figura do primeiro Governador guinou com violência a roda do leme, metendo decisivamente a prôa à terra, para ganhar domínios para El-Rei seu senhor.

O *Tapti* precipita-se das entranhas dos Montes Windias, que há 25 séculos marcavam o limite entre os arianos «*tall, handsome and fair faced*» e os drávidas supersticiosos e escuros. Tropeçando entre margens aspérrimas, àvidamente as suas águas procuram o desafogo do oceano. E no sítio onde o alcançam, cavam o solo formando a bacia em cujas orlas assentam, incançadamente operosas, as cidades de Surate e Reinel. Por elas expandia no litoral oeste a escuma

batalhadora e mercantil do Industão civilizado, lançando-o ao contacto dos impérios florescentes do Mediterrâneo. Por isso esta costa foi outróra, como é ainda hoje, a porta-aberta por onde o alfobre da opulência indiana extravasa, em maré alta, pelos mercados do mundo. O contacto de estranhos povos, por longos milénios, amaciou assim o tipo étnico dos seus habitantes e soergueu o índice da sua cultura, ao contrário do árido e deserto Coromondel, batido de tufões e armado em covil de autoctones acossados.

De Surate partiam e a Surate vinham refrescar náus mouriscas de todo o Oriente, conduzindo regularmente a Méca catervas de peregrinos. As cidades ficavam nas margens interiores, e os baixos da entrada, a contradança das marés e os famosos *poços* de que fala o nosso Barros, regulavam o seu destino. Encontravam abrigo seguro frotas regionais e armazens e grandes depósitos de rica mercadoria, — e por isso de início os Portugueses martelavam a costa sem ousar investir, não fôsse no seu traiçoeiro ancoradouro repetir-se em ponto maior o desastre de Chaul.

Os primórdios do conhecimento português de Surate são interessantes: datam do infortunio de D. Afonso de Noronha, sobrinho de Albuquerque, que largando de Socotrá a chamamento do tio, naufragou na travessia do Golfão. Quarenta companheiros foram arremessados à costa «*em huma corôa de areia defronte de Çurrate*», captivos, maltratados e levados ao sultão. Mas o vizir Malik-Upi (Melicopim) a quem impressionavam os êxitos de Albuquerque, gazalhou-os na alcantilada fortaleza de Champaner e expediu um embaixador a Albuquerque convidando-o a uma entrevista em Surate. Em 1513, três anos passados, já senhor de Gôa, Albuquerque enviou por seu embaixador o valoroso Diogo Fernandes de Beja. Na sua lusida embaixada, Diogo foi principescamente acolhido em Surate e triunfalmente levado a

Champaner, à presença do Sultão Muzafar. E foi no regresso que Muzafar o brindou com aquêle estranho rinoceronte, a *ganda* que D. Manuel mandou ao Papa e recebeu em Marselha a visita de Francisco I — e cuja história desfiou em folheto o meu malogrado camarada e amigo Fontoura da Costa.

Um ano depois, no seu *Livro*, Duarte Barbosa descreve-nos Surate no seu apogeu: porto magnífico, grande movimento marítimo. Quinze anos mal decorrem e estas águas são a partir de 1528 teatro das façanhas dessa trindade dos Silveiras famosos que, nestas e outras paragens, tão alto ergueram o brazão da sua pátria — para jazerem tão ignorados de seus netos.

Nêsse ano de 1528, Heitor, propondo-se destruir em Diu a frota de Kemal-al-Mulk (Camalmaluco), regressa por Surate e Reynel «*grandes cidades à borda do mar*», que saqueia e queima, seguindo a fazer o mesmo a Damão. Um ano depois, cabe a vez a outro Silveira, António que, partindo de Chaul com boa armada, faz em Bombaim o alardo das suas fôrças, 51 velas e novecentos homens europeus e indianos, e sobe o Tapti a reconhecer Surate tranquila na sua indústria de panos, com dez mil habitantes, casas nobres de ladrilho e uma fortaleza na praia, com um cais «*muy bem feyto*». Silveira investe com denodo, mas a população pouco combativa, a quem «*o temor lhe faz não ter conta com a honra*» — cousa tão freqùente na Europa actual — despeja apressada as aljavas e deserta. Nada havia a recolher. Mas o saque de Reynel, atacada a seguir, foi largamente compensador. Reynel foi incendiada e, diz o nosso cronista condoído: «*era um terror ouvir os estrallos que faziam os madeiramentos, cousa certo, ainda que a Cidade era de imigos, muyto pera doer aos mesmos gloriosos da vitória*». Também hoje os madeiramentos incendiados fazem *estrallos*, mas já se não condoem os cronistas e menos

ainda os que logram a vitória. Como se vê — é a Civilização...

Em 1531 é António de Saldanha que, sofrendo enérgica resistência mahometana na cidade de Goga, se atira contra Surate e a arraza.

Porque a pressão de Lisboa sôbre Nuno da Cunha forçava à posse de Diu — é que andavam estes famosos Capitães a esgrimir as durindanas por estas águas de Cambaia, queimando a fôgo e matando a ferro. Mas em 1537, Surate cessa o seu martírio e entra na História portuguesa pelo caminho suave das negociações diplomáticas.

O Sultão Bahadur-Schá, de quem tanto atrás falei, morrera de morte inglória numa confusa e absurda escaramuça com a gente de Nuno da Cunha. Vagava assim sùbitamente o rico e poderoso sultanato do Guzerate, e dois pretendentes se levantavam: Miran, sobrinho e herdeiro do sultão morto e o Emir Ahmed-Zaman, cunhado do imperador mogol Baber. Quanto ao primeiro assistiam a justiça e o direito, ao segundo apenas sobejavam a fôrça e a riqueza. Era necessário que das torres das mesquitas, sôbre os desertos de areia e as altas ramagens das palmeiras, a voz do muezin cantasse o pregão do *Muçafo* (Alcorão): que Allah era grande e o Profeta escolhera o sultão. Atrapalhado, porque lhe falecia a razão, o Emir pensou obter o pregão do *Muçafo* por imposição dos portugueses. Em troca dar-lhes-ia todos os portos da costa — incluindo Surate, — e cem mil pardaos em ouro. É longo e curioso o tratado. Mas Nuno da Cunha protelou, dissimulou. No conselho dos seus Capitães falou mais alto aquela rigidez de princípios que, a despeito das excepções, foi a norma da governança lusitana — e a perda dos seus interêsses mais vitais. E entrementes, em luta encarniçada, morriam sucessivamente os dois pretendentes. Os guzerates refaziam-se escolhendo um Regente, que sacudia os compromissos e resolvia defender *à outrance* a sua praça-forte de Diu, guerreando os Portugueses se preciso fôsse.

Surate foi assim sacrificada à moral intransigente dos nossos Capitães. A habilidade matreira do *divide et imperes* não era processo consentâneo com a inteireza lusitana, ainda eivada de assomos de cavalaria medieval. Envenenar a discórdia entre as partes, aliar-se ao mais forte para eliminar o fraco, e derrubar depois o primeiro, esmagando assim isolados os dois contendores para dominar ambos, tal fôra na antiguidade a política da Roma imperial, reproduzida em nossos dias. Não a queriam para si os Portugueses de Nuno da Cunha, — sem embargo de algumas lições que emanavam do velho Albuquerque. Ao tempo do Vice-Rei D. Estevam da Gama e para obstar às depredações da actividade portuguesa, aquêle famoso Kwaja-Safar (Cogeçofar), que depois em Diu nos daria tanta água pela barba, construira em Surate uma fortaleza para sua defensão. E dizia depois El-Rei para Dom Estevam: «*huma fortaleza que Cogeçofar tinha feyta em Çurrate lhe mandasse que a desfisesse, porque parecia mal fazer ally fortaleza sem necessidade nenhuma, porque sendo elle verdadeiro amigo d'El-Rey de Portugal nom faria fortalezas na borda do mar que era nosso*».

E era — e não era. O domínio do mar, pela boca retumbante das bombardas ou pela distribuïção discricionária dos *cartazes* (ou *navicerts* como hoje se diz), jámais conduziria os Portugueses a finalidade alguma. A Índia, com quási 5 milhões k. q. e cento e tantos milhões de habitantes nessa época, não vivia do mar. Que os Portugueses fôssem ou não senhores do mar, mediocremente interessava aos grandes imperantes da Península: as populações ribeirinhas eram pobres e os «*El-reys*» de Calicut, Cochim ou Cananor, que as lentes de aumento dos nossos cronistas figuravam como potentados, eram uns tristes regedores lo-

cais. O simples domínio marítimo, não constituindo finalidade, jámais poderia garantir a continuidade do nosso império no Oriente. Não era sem razão que a Côrte de Lisboa tanto recomendava a captura e fortificação de bases em terra. Quando a supremacia naval lusitana foi contrabatida, não só por adversários europeus, mas até por piratas regionais como o Angriá, os Portugueses desapareceram da Índia. E por isso se negou o Mouro a desfazer a fortaleza que fizera em Surate. E o filho do Vice-Rei D. João de Castro, que o Pai mandára a Surate no designio de derrubar a construção, houve de retroceder sem nada ter conseguido.

Qual era então, nêsses meados do século XVI, a posição portuguesa em Surate? Nem fortaleza, nem feitoria. Mas, por essa época, a actividade dos Portugueses invadia todos os mercados indiáticos, criando núcleos ou colónias de fixação. Não eram já os *renegados*, aventureiros que se passavam para o inimigo à caça de honra e proveito, abjurando da fé cristã. Eram os *casados*, como então se dizia, que tranquilamente viviam em terra, comerciando, cruzando-se e criando amizades na população local. Quando os capitães-móres passavam nas suas razias, a situação dêsses Portugueses, tão bons e *reynoes* como os outros, tornava-se periclitante — mas continuava e persistia. Assim começou de haver em Surate um núcleo de Portugueses, estabelecidos por conta própria, sem embargo de o govêrno local ser mahometano.

Um quartel de século mais tarde, Surate ostenta de facto uma Feitoria portuguesa, com actividade legalizada e pleno domínio do rio e sua barra. É que em 1572, Akbar o Grande descera de Agra a puxar as orelhas aos guzerates irrequietos. Saira da capital Ahmedabad, deixando às portas, segundo as boas normas do avô Tamerlão, piramides de cabeças cortadas. E em Surate, benevolamente, dava ao nosso

embaixador António Cabral, o *firman* das nossas reivindicações: a Feitoria e o porto.

E assim se fortaleceu — e começou de apagar-se o domínio português em Surate...

O desastre da *Invencível Armada* em 1588, ao tempo que abatia o potêncial marítimo do imperialismo dualista da Península ibérica, estimulava a arrancada das frotas britânicas, a quem as proezas de Drake nos mares açorianos, contra náus portuguesas de torna-viagem, decerto abriam novos horizontes. A utopia das passagens pelo Ártico debalde havia abusado dos nervos saxonicos. O caminho do eldorado oriental era o Cabo das Tormentas, cujo segredo avaramente guardavam os Portugueses do século XVI. Mas não tão avaramente que não acalentassem no seio, com intrigantes e invejosos estrangeiros, o germen da sua ruína. Em 1579 paira pela nossa Índia o jesuita inglês Thomas Stephens. Observador atento, cultor profundo das línguas e religiões locais e das normas do seu trato comercial, em cartas sucessivas para Londres longamente narra das boas coisas que aprendeu. Quási simultaneamente, Ralph Fitch, de regresso à pátria, confirma, na sua activa propaganda, as narrativas do Padre. Iniciam então mercadores da City conluiados as famosas *Separate Voyages*, no intento de dobrar o Cabo para alcançar as ilhas das especiarias. O êxito dessas tentativas, interessando maior capital, define-se nas *Joint Stock Voyages*, sociedades anónimas, que em 1600 recebem da Rainha Elisabeth a consagração da *Royal Charter*, constituindo-se por fusão com a *Turquey and Levant*, como dissemos, a famosa *East India*. Foi na execução dum plano meditado que, na 3.ª *Separate Voyage*, em 1608, a náu *Hector* do Captain William Hawkins lançou ferro em Surate — onde já intrigavam os Cannings, os Midletons, os Tom Coryats, vindos por terra através da Pérsia —, e

de Surate largou para Agra a avistar-se com o Grão-Mogol. Akbar o Grande morrera três anos antes e reinava seu filho Jehanguir, «Sustentáculo do Mundo e da Fé». Hawkins constituia para o Harem imperial uma novidade picante: aventureiro audaz, personificação do *fair play*, louro e divertido, benevolamente o acolheu o soberano. Emborrachavam-se juntos, e o inglês dispôs-se mesmo a casar com uma dama da côrte mahometana. Mas quando procurava falar de negócios, o Imperador virava-lhe as costas. E Hawkins, praguejando contra os Portugueses, safou-se para a Pérsia.

As relações do Imperador com o nosso Vice-Rei eram das mais estreitas e amigáveis: seqüência do carinho que Akbar nos dispensára. Jehanguir mandára a Gôa dois sobrinhos para serem baptizados, e em 1612 El-Rei escreve ao Grão-Mogol, dizendo tomar os dois principes néo-cristãos como seus afilhados, recomendando-lhe muito o nosso padre Manuel Pinheiro que apostolava — e intrigava — na Côrte de Agra, e acrescentando: «*Muyto vos agradeço o bom animo que Vossa Serenidade mostra ter em minhas cousas*». Não pode em consciência a Côrte de Lisboa (ou Madrid) ser acusada de abandonar os nossos interêsses no Oriente. Na sua ignorância da história local, os historiadores portugueses, tomando o recado na escada, faltam à verdade nêste ponto como em tantos outros. Em cartas sucessivas, em 1608 Felipe III (2.º de Portugal) ordena ao governador mouro de Surate e ao capitão-mór da Armada que expulsem e prendam os holandezes na cidade e recomenda aos Vice-Reis da Índia a maior resistência às actividades estrangeiras. Previne-os que o Grão-Mogol agasalha os ingleses na sua côrte. Em 1613 ordena que se prenda o inglês Robert Shirley que manobrava na Pérsia, a caminho da Índia. Em 1614 determina que navios ingleses e holandezes sejam afundados onde quere

que se encontrem: «*Vos hei por muy encarregado que por todas as vias possiveis trabalheis por desbaratar a todos os navios dos ingreses, fazendo-lhes a guerra descobertamente e castigando aos que se tomarem, com as penas das leys*». Em 1619 censura àsperamente o Governador Fernão de Albuquerque pela sua política de panos quentes: «*Me pareceo seneficar-vos por esta (como o faço) que receby muyto despraser do descuido que ouve em não lançar os ditos ingreses de Çurrate*». Em 1625, Filipe IV após os nossos desastres navais, demite, manda regressar e prende no Castelo de S. Jorge de Lisboa o Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo. Nos meados do século XVII, a Índia não era um fruto verdejante que a Usurpação filipina abandonasse e deixasse outros colherem: amadurecera demais e começava a cair. Quem lê as cartas que durante o século se trocaram entre a Côrte de Madrid e a de Gôa, enfuna-se de orgulho patriótico ao aperceber-se da grandeza e poderio da ocupação portuguesa do Oriente. Não se revelára ainda na História, excepção da Roma antiga, o florescer dum tão alto sentimento imperialista. Perante êle, ingleses e holandezes sentiam-se pequenos, invocavam o auxílio divino, atribuiam a milagres de S. George as suas vitórias navais. A leitura das cartas dos pioneiros da *East India*, são sugestivas demais. Dizer o contrário é fazer história sôbre o joelho.

A proverbial tenacidade britânica aferra-se e não larga: são volumosos os capitais da City empenhados na *East India*, e os directores deslumbram-se ante a perspectiva de lucros fabulosos. E a Hawkins sucede em 1613 William Edwards, outro intrigante. Os hábeis manejos do nosso infatigável Padre Pinheiro de braço dado ao seu amigo e compadre Mukarrab-Khan, amigo intimo do imperador, «*a keen sportman and skilled surgeon*», envenenam o ambiente aos britânicos. E o certo é que um *firman* imperial manda que os ingleses

sejam perseguidos e expulsos. Muitos foram trucidados. Os historiadores ingleses, ainda hoje quatro séculos decorridos, não nos perdoam êsse momento trágico que os seus antepassados passaram. Mas foi no auge dessa luta, em que dificilmente os ingleses logravam apagar a devoção que na mentalidade mahometana gerára o nosso prestígio, que dois acontecimentos desastrosos alienaram quási por inteiro êsse sentimento.

Foi o caso que em 1612 chegaram a Surate dois navios ingleses: O Galeão *Dragon* do capitão Thomas Best, e a *Ossiander*, espécie de pinaça, do capitão Salomon. Manobrado pelos escassos ingleses e holandezes da terra, o Nababo acorreu a recebe-los: presentes, salamaléques, grande festa para festa, e surge pela barra a armada portuguesa do capitão Nuno da Cunha (não confundir com o grande Nuno de 1530), que contava quatro galões e vinte e cinco fragatas com poderoso armamento. Por quatro dias sucessivos durou o combate naval de *Swally-Marina*, o ancoradouro fronteiriço à cidade. Os 29 navios portugueses atacam: os ingleses defendem-se desesperadamente. As margens do Tapti estão coalhadas de mouros e indús, espectadores anciosos da luta, e ninguém duvida da desgraça britânica: os portugueses são muitos e são fortes, pensam. Mas ao quinto dia, com a sua armada parte afundada, parte incendiada, o capitão-mór português faz-se ao largo deixando a vitória ao inimigo. Exultante, o capitão Best refere o seu triunfo aos respectivos directores de Londres: «*A Divina Providência velando pelo nosso povo e o nosso grande protector* (Saint-Georges) *que sempre nos abençoa, evitaram que fôsse bem sucedida a grande maldade concebida contra nós*». A gente da terra, cheia de espanto, silenciosa, acabrunhada, duvida pela primeira vez: como assim? Então os Portugueses não são invencíveis e bastam dois navios ingleses

para destruir uma Armada de 30 velas? A explicação deu-a o próprio capitão inglês, nestas frases incisivas: «*Os portugueses revelaram pouco ânimo na peleja*». E essa era justamente a essencial diferença entre os Portugueses doutrora e os de hoje. Quando um povo agarrado aos prazeres da vida perde a combatividade que outrora o tornara grande, é que a era da decadência começa e dela não se erguerá jàmais.

Os écos dêste autêntico desastre chegaram a Madrid e a Agra. A irritação de Filipe III traduziu-se nesta áspera carta-régia ao seu Vice-Rei: «*Dom Hieronymo de Azevedo, Viso-Rey da Índia, amigo. Eu El-Rey vos envio muyto saudar... Em relação do sucesso da Armada que foi demandar os navios ingreses ao porto de Çurrate, e que sendo tam superior nom somente lhe nom fez damno antes o recebeu com perda e morte de quantidade de gente e da reputação, vos encomendo e mando que me aviseis do que se passou na dita Armada e quem teve a culpa e da demonstração que vos parecer que se deve fazer para que a nom deixe de haver em um caso de tam ruim exemplo e consequência. Escripta em Madrid a 24 de fevereiro de 1614—Rey—O Conde de Villanova*».

Foram diversas as reacções do lado mahometano. Thomas Best, explorando a fundo o seu ganho, arrancou ao Nababo de Surate uma larga concessão. Em Agra, o Imperador acolheu com simpatia o embaixador inglês Sir Thomas Roe que em 1615 surge com uma carta do seu soberano James I, lusido cortejo e valiosos presentes. Mas o trabalho de sapa dos nossos formidáveis jesuitas recomeça, levando à cabeça o infatigável Padre Pinheiro, para quem o Vice-Rei D. João Coutinho, Conde de Redondo, pede a El-Rei ampla credencial: «*pera o dito padre poder andar junto do dito Rey, por ter com elle muyta entrada e poder alcançar desenhos e intentos e avisar-me d'elles, pera o dito Rey se desenganar do pouco proveito que*

tem da amizade dos Ingreses». Trata-se de aliciar o nababo Assaf-Khan, irmão da Imperatriz e sôgro do futuro imperador Shá-Jahan, de se manobrar o Príncipe Kusru, herdeiro presuntivo e favorito do Harem, de intoxicar o ambiente das ambições britânicas. E o resultado foi o Imperador, em gestos de enfado, tratar com desdem o Embaixador Inglês, que durante três anos levou vida difícil e obscura na côrte imperial.

Trabalho baldado, ante o extremado individualismo de portugueses incapazes de subordinarem a sua ambição pessoal a quaisquer elevados objectivos patrióticos: o capitão-mór de Diu, Luiz de Brito, inglória e intempestivamente, apresou e despejou uma nau de Méca a caminho de Surate, apoderando-se de três milhões, e de duas lindas mouras encantadas. A nau ia consignada ao Imperador, os milhões eram do seu tesouro e as mulheres destinadas ao seu serralho. A raiva do Grão-Mogol não tem limites: num dêsses arrebatamentos peculiares a um autocrata oriental e demais alcoólico, ordena a expulsão de todos os portugueses, a revogação de tôdas as concessões: não os quere ver nem ouvir falar deles. Padre Pinheiro e os seus companheiros são irradiados da côrte. Assaf-Khan e a Imperatriz calam-se, compungidos. Em carta-régia El-Rei manifesta a sua indignação contra o desastrado capitão-mór, que o Vice-Rei põe a ferros pelo seu lamentável acto de pirataria. Só os ingleses esfregam as mãos de contentes e marcam pontos, sob os auspícios do Príncipe Kharram seu padrinho, e o embaixador britânico, partido de Surate, é acolhido em Agra com especial agrado.

Entretanto, a contenda naval prosegue, áspera, inexorável, entre Portugueses e Ingleses, no rio, no golfo, no oceano, em combates sucessivos em que o pouco ímpeto das fôrças lusitanas vai acumulando

os desastres. Os ingleses ganham e perdem, mas voltam sempre à carga com a pertinacia peculiar à raça. Evitam provocar, é certo, mas aspiram a uma liberdade de acção que os Portugueses não consentem. Em Outubro de 1630, após a perda de Ormuz e do Pérsico, os feitores de Surate narram para Londres um combate travado no ancoradouro de *Swally-Marina,* no mar e em terra, onde fôrças portuguesas tentaram interceptar um embarque de sedas. Os Portugueses investiram com decisão; os mosqueteiros britânicos dos capitães Wills, Green e Morton, defenderam-se com bravura. As nossas fragatas, incendiadas, deram à praia. Receiosos, com razão, dum golpe de fôrça das nossas Armadas, os ingleses desenvolvem um sistema de espionagem, num rudimento do *Inteligence Service.* Por intermédio dum certo Herniasse (?) «*a man of secret intelligence with the Portuïgalls* (sic)», dizem constar-lhes que «*The strength of Rinfrero consist only of 8 frigates and 2 fustoes of Muscat*». *Rinfrero* — é Ruy Freire d'Andrade.

Repetem-se assim as escaramuças com fortuna vária. Numa delas, em que uma nau de Surate pedira socorro a galeões ingleses, duma armada portuguesa de sete galés cinco são destruidas, inúmeros cadáveres dão à costa. E resam as *Letters*: «*but the body of the Vice-King's son who it seems perished also in action, not found*». O Vice-Rei era D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares. A história portuguesa é omissa sôbre algum filho do Vice-Rei que pelejasse nas fragatas de Ruy Freire.

Metòdicamente se organizavam entretanto os nossos adversários e sucessores. Aquilo que não conseguiam na côrte imperial, fàcilmente o obtinham em Surate, onde o Nababo obedece ao Vice-Rei do Guzerate, ao tempo aquêle Príncipe Kharram, ao depois Shá-Jahan, inimigo da cristandade e mais

ainda dos Portugueses. A «*deep villany*» que sir Thomas Roe notou nêste príncipe, não obstou a que dêle conseguissem os seus compatriotas a total realização dos seus desígnios. Em 1632 Shá-Jahan toma aberta posição contra nós e manda-nos atacar em todos os recantos do seu império. Simultaneamente, consolida-se o estabelecimento dos ingleses na Feitoria de Surate, elevada por largas concessões a sede da Real *East India Company*, cujo Feitor, superintendendo numa espécie de conselho de administração, passa a intitular-se *President-Director of the Honourable Company of English Merchants*, directo e legítimo antecessor dos actuais Vice-Reis da Índia. Em 1636 o Presidente-Director Methwold vai pessoalmente a Gôa entender-se com o nosso Vice-Rei, negociando uma convenção. Na Europa fizera-se a paz entre a Inglaterra e a Hespanha. Na Cidade e Porto de Surate lentamente os Portugueses desaparecem da scena e a história local posterior pouco se lhes refere. Dos viajantes da época que em Surate permaneceram, como Fryer, não são já os Portugueses comparsas das scenas que pitorescamente desenham. Mandelslo descreve Surate como um «*sitio dos mais deliciosos do mundo*» e narra: «*Nas nossas reuniões diárias tomamos só Thé* (chá) *vulgarmente usado em tôda a Índia. Holandezes e Ingleses tomam esta Droga para limpar o estômago e digerir os humores superfluos*».

Foram os holandezes é certo os primeiros estrangeiros a fixarem-se em Surate. Em 1583 Van Linschoten aparecia na Índia como fâmulo do Arcebispo de Gôa D. Frei Vicente da Fonseca e em 1595 as suas narrativas impressas despertam emoção nos meios marítimos de Antuerpia. Em 1596, Cornelius Houtman, que navegara na Índia como piloto contratado duma nau portuguesa, capitaneava já uma frota sua, e com ela dobrava o Cabo, exactamente um século depois

do Gama. Estava desvendado mais uma vez o segrêdo lusitano, um segrêdo que todos sabiam — e razão tinha o Governador Fernão de Albuquerque em avisar El-Rei do grande inconveniente em se contratarem estrangeiros para servir na Índia como pilotos, prelados ou jesuitas. O Holandêz não tinha porém a vitalidade, a persistência e a desmedida ambição britânicas. Onde apareceu, ali foi sempre batido pelas nossas armadas, só colhendo os nossos frutos quando caíam de sorvados. Grotesco, o seu Feitor, que se intitulava *Governador — Director de Surate*, vivia em pomposo estadão: palanquins de ouro e prata, elefantes ricamente ajaezados, carro de cerimónia em marfim e prata, baixela de uso em ouro, etc. Mas Niebuhr, o célebre geógrafo que os viu nessa época, atesta quanto ridículas e inofensivas eram as suas actividades; todavia, atrelada ao carro triunfal da Grã-Bretanha, a sua Feitoria persistiu.

Os últimos écos da Feitoria portuguesa dá-nos uma carta do seu Feitor, a êsse tempo o Judeu Moisés Tobias, em 1745.

Os últimos? Não. Porventura os últimos serão o da nomeação para Director da Feitoria de Surate, com promoção de alferes a tenente-coronel, ordenada pelo Governador, o epicurista e gosador D. Frederico Guilherme de Sousa, do francês Jacques Filipe de Mondtegui, cuja bela e libertina esposa era simplesmente a amante do mesmo Governador. Jacques Filipe de Mondtegui partia, promovido e bem pago, a tomar posse em 1786 do seu rendoso e longínguo cargo de Surate. A Esposa, D. Ana, de origem persa, acolhera-se aos braços do chefe do Estado. Pela Índia deambulava por essa época o Poeta Bocage, Manuel Maria Barbosa Hedois du Bocage, natural de Setubal, de 21 anos, guarda-marinha da nau *Nossa Senhora da Vida*. Bocage conheceu e quiçá requestou a bela. Foi repelido? E seria uma desforra o seu famoso

poemeto erótico *A Manteigui*, formidável de graça, de metro, de rima — e de indecência?

Estamos em 1789 — quão longe das epopêas de *Swalli-Marina* de Surate!...

Como um farol que longamente bruxoleando se apaga, assim se apagou na costa do Índico a nossa Feitoria de Surate. Não há lugar para acusar ninguém. São os fados que se cumprem.

Lapidarmente, o historiador Gerson da Cunha, meu tio, assim explica algures: «*The Portuguese had now perfomed their parabola, had forgotten their duty, and were evidently on the eve of their decline. Like the early Portuguese, a new and vigorous race, full of vitality, with excellent training, came to the front to wrest from their hands the sceptre of the sea*».

A HISTÓRIA DRÁMATICA DA ENTREGA DE BOMBAIM

O drama que foi a entrega, em 1665, de Bombaim aos ingleses, é uma das páginas mais cruciantes da nossa história de seiscentos. Um erudito investigador, meu malogrado amigo, enumerando os documentos que desenterrara dos Arquivos da India, diz com justiça: «*A relação pormenorizada de tudo quanto ocorreu na ocasião da entrega da ilha de Bombaim, só por si pode constituir uma volumosa monografia. Ainda não houve quem a escrevesse nem fácil é a tarefa*» (1). E não contava com as ilações psicológicas que das entrelinhas dos documentos se podiam inferir. De facto, sôbre êste caso da entrega de Bombaim, se quási todos dêle falaram, certo é que poucos o conheceram.

É inútil rememorar a história pregressa da velha *Ilha de Mumbai*. Sabemos como todo êste arquipélago foi, ao tempo das velhas dinastias arianas, centro de

---

(1) Abstenho-me nêste capítulo, como nos anteriores me abstive, de citar as fontes históricas consultadas. Essas fontes serão enumeradas na resenha bibliográfica apensa.

devoção e aprazimento, como o relembram as ruínas espantosas dos seus templos subterrâneos. Dissemos como, no início da sua ocupação, os Portugueses tomaram contacto com estas ilhas. Nada de especial apresentava esta *Ilha de Mumbai*—a não ser a sua rada formidável, o melhor porto de tôda a India. Não passou desapercebido esse pormenor ao invasor lusitano essencialmente marinheiro, como um século mais tarde o não passou à ambição doutro invasor, de igual têmpera e jaez.

Foi por isso que na ampla rada de Bombaim se aprestaram as nossas armadas da costa, fazendo o alardo das suas fôrças, o abastecimento das suas unidades e os preparativos dos seus cruzeiros mortíferos. A terra firme serviu para corregimento das náus e refrescamento das guarnições, donde veio o nome, que já em 1529 lhe dava a gentalha de Heitor da Silveira, de *Ilha da Boa Vida*. No *Roteiro de Gôa a Diu* de D. João de Castro, *Mumbai*, citada como *Bombai*, aparece como sítio aprazível para escala de refresco. E ainda em 1630, confirmando a cita de Bocarro sôbre a grandeza e profundidade das suas águas e bom abrigo dos ventos reinantes, o Vice-Rei D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, lastimava que os seus galeões não tivessem bom ancoradouro nem em Gôa nem em Mormugão, acrescentando *ter ouvido dizer* que só Bombaim se prestava à recolha das Armadas.

Bombaim sofreu então destino igual ao de outros territórios do Govêrno de Baçaim, outorgados em enfiteuse aos fidalgos da época mediante um fôro mínimo. Em 1548, D. João de Castro, no regresso vitorioso de Diu, concedera a Ilha por 1.432 pardáos a um certo Mestre Diogo, possivelmente seu *Físico*, não sem protesto do Vedor Simão Botelho, autor do *Tombo* e integerrimo defensor da Fazenda de Sua Magestade. E talvez por sucessão de Mestre Diogo passasse a Ilha às mãos do nosso conhecido Garcia da Orta, o autor

dos famosos *Colóquios dos Simples*, também Físico d'El-Rei, que no seu *Colóquio 22.º* com *Ruano*, falando da *areca*, diz: «*Milhor he a de Mombaim, terra e ylha de que el-rei nosso senhor me fez mercê, aforada em fatiota*». Retirado das aborrecidas disputas de Gôa, na sua Ilha construiu Garcia da Orta uma linda vivenda onde, entre flôres e frutos e o estudo das coisas locais, teria decorrido a sua vida até aos 80 anos. Eram as conhecidas *Casas grandes*, sobranceiras à maravilhosa baía, à ilharga do Fortim. E do delicioso miradouro da sua vivenda, quantas tardes não teria o exilado Físico de El-Rei visto o sol-poente submergindo no Oceano, emquanto anotava os seus *Colóquios*, (impressos em Gôa em 1563 na imprensa de Ioahnes de Endem), e revia na linha do horizonte a praia remota onde deixára a sua fama e os seus desgostos...

Um século mais tarde, Bombaim tem onze famílias de portugueses *casados* e um núcleo de habitantes mahometanos, guzerates e cristãos nativos por alcunha *topazes*. As casas têm tecto de côlmo e nas janelas «*ostras por vidraças*». Com sessenta mosqueteiros resiste às primeiras investidas holandesas. Na sua errada obcessão do mar pelo mar, não viram os Portugueses o valor do seu pôrto como vasadouro oceânico das riquezas carriadas do interior. Êsse interior mediocremente preocupara quem apenas explorava a finalidade marítima. Por isso respondia D. João IV ao Embaixador francês Chevalier De Jant, ao perguntar-lhe êste quanto lhe rendia a India: «*A India Oriental é um colosso que não me dá proveito nenhum. Prouvera a Deus que eu pudesse abandonar a India honrosamente*». Fez-lhe a vontade a sua excelsa viúva, abandonando-a a quem impacientemente a ambicionava: aos mercadores ingleses que apertados e tolhidos se sentiam em Surate. Essa história, que decorre tão longe no tempo e no espaço, tem raíze

profundas num dos aspectos pungitivos da História de Portugal.

A situação internacional da Restauração, após o acto patriótico do 1.º de Dezembro, estava longe de ser brilhante. O esteio que a Restauração encontrára na política francesa do Cardeal Duque de Richelieu, que quási fôra o seu instigador, cessára sùbitamente pela morte do Cardeal, ocorrida em Dezembro de 1642. Mazarino mudára de táctica: a sua tregoa com Filipe IV deixára, no xadrez internacional do Congresso de Munster, abandonada por completo a pedra lusitana. O infeliz D. Duarte, como outro infante santo, morria aos 39 anos imolado à perfidia de Olivares. O nosso irrequieto Padre Vieira voltava desolado de Roma, sem conseguir mover os sentimentos da Cúria, hipotecados aos interesses de Madrid. Projectou-se, para fortalecer as boas graças que ainda restavam na côrte francesa, consorciar a nossa Infanta D. Catarina, filha dilecta e bem amada de seu pai, o Restaurador, com o Rei-Sol. Foi um lôgro. Mas na côrte scintilante de Versailles avistava o nosso enviado secreto, o monge irlandês Daniel O'Daly, ao depois o dominicano Frei Domingos do Rosário, o moço esperançoso e esbelto que se propunha ocupar o trono vago dos Stuarts, sob o nome de Carlos II da Inglaterra. Desiludidos de Luís XIV, mas fortemente animados por êste que dava homem por si, os negociadores vieram segredar ao ouvido da Regente, em Lisboa: e porque não o inglês? D. João IV entabolára boas tréguas com os ingleses. O embaixador em Londres, Conde da Ponte, recebeu instruções. Luís XIV empenhou-se a fundo. A Sereníssima Infanta, Bem Amada Filha, foi proposta em Londres. E aqui começa a página britânica do complicado enredo.

De longa data a Banca inglesa, tôda poderosa através dos lucros fabulosos das emprêsas ultramarinas, recebia da sua Companhia das Indias pedidos

e pressões para que obtivessse dos Portugueses, por cessão, compra ou conquista, uma base territorial, cidade, feitoria ou porto, que fôsse só inglêsa, totalmente inglêsa e donde livremente pudesse operar e irradiar a actividade dum povo fundamentalmente organizador e mercantilista. Em Surate, onde, como vimos, laboriosamente se estabelecera uma feitoria, não se trabalhava à vontade: a terra era do Grão-Mogol, cioso das suas prerogativas; e a todo o momento o orgulho britânico se humilhava ante a manifesta oposição do Vice-Rei português e a impertinência do Feitor holandês, entre os quais flutuava a indecisão abulica do Nababo. Já em 1626, um belo dia, tinham os ingleses conseguido arrastar os holandeses a um ataque conluiado contra a Ilha de Bombaim. Desembarcando de súbito 400 homens, investiram o Forte, incendiaram o priorado, a alfândega, algumas casas particulares. Mas não querendo os holandeses tirar as castanhas do lume em proveito exclusivo do seu amigo de ocasião, desavieram-se os dois comparsas, receiosos duma represália das nossas armadas da costa ou duma reacção perigosa do Mogol. Seguiram-se as sugestões em Londres e Cromwel foi por duas vezes instado para arrancar de Lisboa qualquer concessão: embora Bombaim, pelo seu magnífico pôrto, fôsse o pomo apetecido, contentavam-se os da Companhia com qualquer outra ilha ou terra firme.

Foi nêste digladiar de interêsses económicos e financeiros que Carlos II subiu ao trono da Grã-Bretanha — e começou de viver o seu próprio drama, que também era fundamentalmente um drama financeiro. Guerras dinásticas e revoltas populares haviam esgotado os recursos da corôa; e a fortuna particular, cuja expansão começava sob o estímulo das recentes liberdades, defendia-se enèrgicamente da voracidade do trono. Todos se lembravam que fôra sobretudo essa voracidade que colocára, sob o cutelo afiado do

carrasco de Whitehall, o egrégio pescoço de Carlos Stuart.

E foi assim que a oferta portuguesa da mão da Sereníssima Infanta caíu nos círculos financeiros britânicos, onde manobravam os mandões da *East India,* como sôpa no mel.

Reza a história inglesa que Carlos II reagiu. Afrancesado, bela figura, espírito afável, como o pintam os seus historiadores, a fôrça dos seus 30 anos risonhos e ambiciosos gastava-se no prazer e na luxúria, segundo as boas tradições de seus avós. A contrastar com os costumes da sua côrte dissoluta e fundamentalmente protestante, surgia a aliança com uma côrte devota e provinciana, que levantára como padroeira oficial de todo o reino a imagem da Imaculada e propunha, para esposa dum monarca donairoso e libertino, uma princesa tímida e feia. O Conde da Ponte, acolitado pelos religiosos O'Daly e Richard Russel, conduzia o negócio com aquelas subtileza e fidalga discrição peculiares aos diplomatas portugueses da velha monarquia, a despeito da feroz oposição espanhola. Os homens da Banca londrina, (o *judaísmo internacional,* na frase pejorativa actual), apoiavam e sorriam-se satisfeitos. O chanceler Conde de Clarendon, indeciso, ora tentava dissuadir o monarca, ora, estimulado pela França, gabava a união que, no seu entender, tão falho de informações como de geografia, valia uma Ilha «*a pequena distância do Brazil, cheia de cidades e castelos, («with towns and castles therein»).* Só o Rei resistia, fracamente por sentir a bôlsa vasia, ouvindo as risadas trocistas do Conde de Bristol, seu companheiro de esturdia, que viajára pelas côrtes latinas e pintava as suas princesas com as côres mais desfavoráveis.

O casamento fez-se. O Conde da Ponte recebeu o título de Marquês de Sande. A raínha Catarina vivia como assustada nos seus reais aposentos do Palacio

de Somerset, no único convívio dos seus mordomos, confessores e creados portugueses, despertando nas divertidas *Myladies* da Côrte mais compaixão que afecto e chegando a ser falsamente acusada de conspirar contra a vida do seu real Esposo, de cumplicidade com os jesuitas. Carlos II, apartado da mulher, a quem não negava «*brigth black eyes and a cheerful expression*» em carta de desabafo para Clarendon, rodeou-a todavia da maior consideração e respeito, como era próprio do primeiro *gentleman* da velha e nobre Albion.

E arrumado êste assunto, restava o *Tratado do Casamento,* de 23 de Junho de 1661, a executar nos seus vinte artigos e mais um *secreto,* que resumindo citarei na parte em que restritamente ao meu estudo se refere:

Art.º 11.º — Portugal dá, transfere, concede e confirma à Grã-Bretanha o porto e a ilha de Bombaim, com todos os seus «*direitos, proveitos, territórios e quaesquer pertenças e o domínio tanto útil como directo, pleno e absoluto e supremo govêrno com direitos reaes, livre, plena, integral e absolutamente*». Aos habitantes da ilha, súbditos agora da Inglaterra, é «*garantido o exercício da religião católica*». A armada britânica que tomar posse da ilha prestará aos Portugueses «*socôrro, auxílio e protecção*» na defesa do seu comércio e navegação.

Art. 12.º — Os súbditos britânicos poderão viver em domínios portugueses *com os mesmos privilégios e imunidades que os portugueses.* Em Gôa, Cochim e Diu, a autorização é limitada a quatro famílias.

Art. 14.º — Todos os domínios outrora portugueses que a Grã-Bretanha recupere, em especial da Holanda, são deliberadamente concedidos à mesma Grã-Bretanha, livre, integral e absolutamente. Da mesma forma, se a ilha de Ceylão voltar ao domínio português, serão dados à Grã-Bretanha o porto e a cidade de Gale com suas pertenças. Se for recuperada

pela Grã-Bretanha, serão restituídos a Portugal o porto e a cidade de Columbo. O trato da canela ficará dividido entre Ingleses e Portugueses.

Art.º Secreto: A Grã-Bretanha esforçar-se-á por estabelecer pazes entre Portugal e a Holanda. Se esta recusar, a Grã-Bretanha enviará, na sua armada que for a Bombaim, as tropas necessárias para defesa e protecção das possessões portuguesas da India. Se no decurso das negociações ou depois, a Holanda se apoderar de algum domínio português, a Grã-Bretanha esforçar-se-á *por todos os meios* por recuperar êsses domínios para Portugal, sem pagamento nem compensação alguma».

É tudo quanto consta no que se refere à India. De passagem, revelaremos que a Noiva, pelo art. 19.º do Tratado, «de modo nenhum renuncia, nem entende renunciar *direito algum*, herança, título, reclamação ou interêsse, *à Corôa de Portugal*, para si ou seus herdeiros e sucessores, antes *os retém e quer reter agora e sempre perpetuamente*». Não faremos comentários a êste curioso artigo, consignado a dois dias de a Nação se ter libertado de uma dinastia usurpadora: isso não interessa à matéria dêste capítulo. Assinam o Tratado D. Francisco de Melo, Conde da Ponte, por Portugal; e o Chanceler Conde de Clarendon, os Duques de Albemarle e de Ormond, os Condes de Southampton e Manchester e os secretários Nicholas e Morice, pela Grã-Bretanha.

Para tomar posse de Bombaim a Grã-Bretanha enviou uma esquadra de 4 galeões sob o comando de Lord James Ley, Conde de Marlborough, e nela embarcou, para conferir a posse, como pessoa maleável, o novo Governador e Vice-Rei da India, António de Melo de Castro. Da leitura dos documentos coevos, tem-se a impressão nítida de que tanto a população portuguesa como a britânica receberam o Tratado com

fraco entusiasmo. Lisboa entristecia-se com a perda de uma possessão ultramarina, (nessa época não se inventára ainda no estrangeiro, para nós servilmente copiarmos, o termo *colónia)*; em Londres, ao portão do palácio de Clarendon, erguia a populaça um estrado com o seguinte epitáfio:

> «Three sights to be seen:
> Bombay, Tanger and a barren Queen».

Foi esse o estado de espírito com que o nosso Vice-Rei Melo de Castro e os seus portugueses subiram o portaló dos galeões de Lord Marlborough. Á passagem da linha, esse estado de espírito transformava-se em franca animadversão. Do que na viagem se passou consta dum longo e minucioso relatório, desencantado nos Arquivos de Gôa que, por exagerado e pejorativo, não é de molde a documentar uma narração imparcial. Mas a carta de António de Melo de Castro a El-Rei, de 28 de Dezembro de 1662, prova as directrizes opostas que o Conde inglês e o nosso Vice-Rei traçavam: «*Senhor. Do que padeci n'esta jornada com os Ingleses dou conta a Vossa Magestade. Tendo os olhos mais no serviço de Vossa Magestade que na minha vida, tolerei o risco e os desprezos, reservando para oferecer a Vossa Magestade as minhas queixas com maior serviço no meu sofrimento, de cuja grandeza espero que veja o mundo que não fez a minha paciencia damno à minha honra*». Não se compreende fàcilmente como teria sido possível a um *gentleman* da côrte, como o Conde de Marlborough, assumir a atitude deselegante de que tanto se queixa o Vice-Rei, seu hóspede de honra e associado numa missão diplomática da mais alta importância. Ou não estaria de todo inocente o autor da carta, não no seu irrecusável patriotismo, mas na indeclinável linha de orgulho que era mister guardasse, como

grande senhor e hóspede de tão altivos senhores. Não o teria justamente o seu patriótico humanitarismo arrastado a piéguices incompatíveis com a sua alta posição?

«*Senhor! A Índia vê-se de muito longe e ouve-se muito tarde*», dizia a El-Rei o Vice-Rei Conde de S. Vicente, filósofo experimentado e culto. Fôra a distância geográfica a razão dos mal-entendidos que o ambiente tropical criava e a lonjura não permitia desfazer. Ao aproximar-se da *Ilha de Boa Vida*, pômo de discórdia que tão má vida lhe faria, o Vice-Rei António de Melo de Castro começou de ver coisas que não vira e a compreender coisas que não compreendera. E foi por isso que, chegando à barra de Bombaim ao comêço da tarde, e exigindo-lhe Marlborough a entrega imediata da Ilha, Melo de Castro quis primeiro «*uma merenda e um brinde, com ostentação*», desembarcando sòzinho, a dizer: «*já estamos no vosso território e na vossa ilha; quero-me ir despedir d'ela, pois amanhã sem a vossa licença não poderei pôr os pés n'aquela areia*». E constando-lhe que Marlborough mandára avançar um frota de cinco navios da base inglesa de Surate, preveniu-se com os fidalgos, soldados e naturais da Ilha, e mais 1:800 homens trazidos de Baçaim, para o que desse e viesse...

Tratou-se da entrega. Hàbilmente, exibiu António de Melo de Castro as ordens que tinha de El-Rei: «*Logo que chegardes ao Estado da India, pedireis procuração d'El-Rei da Gram-Bretanha, meu bom Irmão e Primo, e entendereis por ela a pessôa a quem se hade dar a posse e fazer a entrega*». Trazia o Conde de Marlborough a indispensável procuração? O Conde de Marlborough não a trazia. Então... «*Sem ela, disse o Governador, não se podia obrar nada*», reza o documento. Mas de Surate chegara a pessoa indicada para governar Bombaim: Sir Abrahão Shipman, Gentil-homem da Câmara Privada de S. M. Britânica, Cavaleiro da Insígnia Dourada. Receberam-no no cais os fidalgos

portugueses, os filhos do Vice-Rei na escada da residência, o Vice-Rei de pé no meio da sala. Sentou-se o Vice-Rei numa cadeira de espaldar dando propositadamente ao inglês «*hum tamborete de encosto*» e a seus companheiros «*hum banco*». Reproduzo textualmente a ocorrência: apresentou o inglês uma carta, que *disse* ser do seu soberano, e uma patente. Vendo-as, disse-lhe o Vice-Rei: «*Não vejo aqui a firma do Serenissimo Rei de Inglaterra*». Respondeu Abrahão Shipman: «*Ahi está*». Tornou o Vice-Rei: «*Mostre-ma Vossa Senhoria que eu a não acho*». E lhe tornou a dar a patente. Vendo-a, Abrahão Shipman disse: «*Nesta forma se passam em Inglaterra*». Respondeu o Vice-Rei: «*De outro modo mui diferente se costuma fazer em Portugal. Verei a carta de Sua Magestade e amanhã responderei*». Levantou-se Abrahão Shipman e, acompanhado da mesma forma que veio, se foi embarcar. Houve fundamentadas suspeitas de que as credenciais de Shipman fôssem forjadas em Surate. De facto, os papéis não estavam em regra. Mas inegàvelmente havia que fazer a entrega: para isso viera uma esquadra trazendo o próprio Vice-Rei a bordo. Tudo o mais — era a justa revindita dos agravos de que o Vice-Rei António de Melo de Castro, com razão ou sem ela, se julgava alvejado.

Com razão ou sem ela, tôda a disputa girava à volta do auxílio que o Tratado nos garantia, contra os nossos adversários, e que nos fôra negado. Devemos porém advertir que a posição britânica não era tão simples como se afigurava. Em 1661, ao tempo do nosso Tratado, reinavam as hostilidades entre a Inglaterra e a Holanda, provocadas pelo *Acto de Navegação*. Mas em 1662, ao tempo da entrega de Bombaim, assinára-se entre essas nações uma trégua que de resto pouco durou. E mais ainda: o Tratado fôra feito na Côrte londrina, mas a Côrte londrina nenhuma ingerência tinha nos negócios da Índia onde, pela *Royal Charter*, mandava a *East India Company*,

Companhia magestática. E sejamos razoáveis: a Companhia não podia, para nos defender de inimigos contra os quais nós mesmos muito mal nos precatávamos, sacrificar os avultados interesses confiados à sua guarda. A política britânica da Europa não era nem podia ser a política britânica nos mares da Índia, como o não era a holandesa, como o não fôra a mesma portuguesa.

Assim se compreende como, desvanecidos os primeiros amúos, António de Melo de Castro voltasse à boa razão. Abrahão Shipman fôra aboletado em Baçaim com galhardia. Uma noite, estando todos alegremente à mesa, entrou o Vice-Rei, rompendo em tom folgazão: «*Sem mim se dão aquy batalhas, quando sou Governador da India! E tomando um copo brindou a Dom Abraham Shipman e á saude del-Rey de Inglaterra*». Abrahão Shipman era atencioso e prudente. Abraçou o Vice-Rei *com submissão,* diz a narrativa. Conversaram longamente num recanto da janela, sôbre o oceano colorido pelo sol poente. O Vice-Rei meteu-lhe num dedo um anel de diamante de 1:800 cruzados: «*Porque Vossa Senhoria se não esqueça lhe deixo esta memoria*». Abrahão Shipman recusou delicadamente a oferta, e, sorrindo-se modesto, queixou-se: «*Os senhores portugueses querem tudo o que pedem aos ingleses, sem cumprirem nada da sua parte*».

Numa longa carta para El-Rei, António de Melo de Castro expõe as razões porque não entregou a Ilha — e entende que é um grave êrro entregá-la. «*Sobretudo, Senhor, eu vi o porto mais formoso e mais capaz que tem a India, a que não faz vantagem esse de Lisbôa e de que só a Nação Portuguesa não fizera grande caso. Vi na Ilha de Bombaim tantas mil almas cristãs que hão de obrigar os Inglezes a mudar de crença. Considerei que não tinha Vossa Magestade outro logar onde recolher as Naus do Reino, e se naquela Ilha se fortificão os Inglezes, de todo o ponto se perdia quanto Vossa Magestade tem no Norte. E se algum dia nos fizerem guerra, como se hão de defender aquelas Ilhas, que são o graneiro da India? Por onde se lhes hade meter o socorro? Quem hade ter mão nos naturaes? Que drogas, que mercadorias hão de buscar em Gôa os mercadores?*» E alvitrava então o Vice-Rei que se retomasse Bombaim a troco de dinheiro: «*Em outra carta digo a Vossa Magestade que se pode dar 200 até 300 mil cruzados; agora digo que se podem dar 500 e 600 e um milhão, e eu me obrigo ao mandar d'este Estado*». Verdades como punhos! Mas essas verdades havia de as considerar El-Rei antes do tratado, e não o Vice-Rei depois de tudo negociado. Mas nem os negociadores portugueses sabiam o que davam, nem os ingleses o que prometiam: dominava tudo a solução de dois problemas urgentes: do lado português, o auxílio contra a Espanha de Filipe IV que entrava pelo Alemtejo a caminho de Lisboa; do lado inglês, a pressão da alta finança sôbre as dificuldades financeiras do soberano. E não é sem razão que diz um historiador britânico: «*In consideration of the gold that fell into the lap of Barbara Palmer, we were bound neck and heel to fight the battles of Portugal through thick and thin in India. In this way, without our consent been asked or given, were our lives and liberties signed away*».

O Conde de Marlborough, aborrecido, regressou à Europa com os seus galeões. Mas os 500 homens que trouxera para guarnecer Bombaim, onde metê-los? Pretendeu desembarca-los em Surate, mas o Presidente-Feitor da Companhia das Índias, sir Georges Oxinden, opoz-se terminantemente, para não ferir as susceptibilidades do Grão-Mogol. Em tôda a costa não havia um abrigo neutral onde deixa-los. E Marlborough, não podendo positivamente atirar os seus 500 homens ao mar, largou-os na nossa deserta Ilha de Angediva, onde, afectados pela avitaminose e pela própria intemperança, em pouco tempo de 500 só res-

tavam, tem-te-não-caias, 150! A notícia do fracasso da missão chegara a Lisboa, via Londres. Irritado, El-Rei escrevia em 16 de Agosto de 1663 ao Vice-Rei: «*Vos ordeno que façaes que se execute a dita entrega muito pontualmente, sem contradição alguma pois a materia a não admite e a dilação he muito prejudicial, e contra quem o impedir mandarei proceder com a demonstração que o caso pedir*». Entretanto, chegava à Côrte viajando por terra o jesuíta Manuel Godinho levando as cartas do Vice-Rei. El-Rei, ou antes o Conde de Castelo Melhor, começava a compreender vagamente a situação, admitia as dificuldades, ordenava serenidade e prudência, e terminava por vincar bem: «*este negocio não admite replicas nem dilação, o que não poderei deixar de estranhar muito, e mandar proceder com as demonstrações que o caso pedir*». Ante uma tal intimativa, não podia o Vice-Rei tergiversar, sem grave prejuízo da disciplina. Cumpriu. Tendo entretanto falecido o bom Sir Abrahão Shipman, a Relação de Goa confirmou o substabelecimento da sua procuração na pessoa de Humphrey Cook seu secretário. E seguiu-se a curiosíssima scêna da posse.

Após uma viagem tormentosa, chegaram a Bombaim os dois delegados do Vice-Rei, o Chanceler da Relação Doutor Sebastião Alvares Migos e o Vedor da Fazenda Luís Mendes de Vasconcelos, portadores dum *regimento* com as condições da entrega — condições tais, tão apertadas, tão complicadas, que entregar assim a Ilha o mesmo era que a não entregar. Humphrey Cook, *Hunfredo* ou *Inofre Coque* como lhe chamam os documentos portugueses, era uma curiosa personagem. O Vice-Rei conhecera-o em Lisboa, tendeiro. Prototipo de comerciante e aventureiro britânico século XVII, surgia-nos por fas e nefas governador britânico da Ilha de Bombaim. Logo ao primeiro contacto com os Delegados portugueses, pretendeu alargar o limite da concessão, compreendendo por *Bombaim* quási todo o arquipélago. O apetite era grande. Mas os Delegados portugueses bateram o pé: ou o Sr. *Inofre Coque* se cingia ao *regimento* do Vice-Rei, ou não havia nada feito. Humphrey Cook, decerto resolvido a nada cumprir, disse que sim a tudo: tudo faria «*na forma, pelo modo e maneira que se contem no Regimento do dito Vice-Rey Antonio de Melo de Castro, com todas as declarações, clausulas e condições do dito Regimento, prometendo em nome do Serenissimo Rey da Grã-Bretanha que não hiria nem viria de feito, nem de direito em parte nem em todo contra este instrumento em tempo algum*». Assinou. A sua assinatura foi mais tarde repudiada tanto pelo Govêrno central como pela Companhia das Índias. Interessava-lhe porém tomar posse e depressa. E tomou posse «*por sua pessoa e corporalmente*», diz o documento, percorrendo casas, fazendas e baluartes, pondo as mãos nas paredes e muralhas, apanhando do chão terra e pedras, com os séquitos em procissão, em simbólico e ostensivo acto de ocupação e domínio. Finda a cerimónia, assinaram-se os autos naquelas mesmas casas apalaçadas do Baluarte que haviam sido do velho Garcia da Orta e eram propriedade duma D. Inês de Miranda, viúva de Rodrigo de Monsanto, foreira de tôda a Ilha, *Lady of the Island*. E o nosso digno Vice-Rei, dando conta a El-Rei do ocorrido, acrescentava com infinita tristeza e verdade: «*Confesso aos pés de Vossa Magestade que só a obediencia que devo como vassalo pudera forçar-me a esta acção que antevejo os grandes trabalhos que desta vizinhança hão de nascer aos Portugueses. E que se acabou a India no mesmo dia em que a Nação Ingleza fizer assento em Bombaim*».

Compreende-se a dôr do Vice-Rei. Havia homens assim, altivos e honrados, amantes da Pátria e suas glórias — e a Índia mais não era que um prolongamento da Pátria. Como os pavimentos das suas catedrais, onde as campas cobrem centenas de ossadas de

fidalgos das mais lídimas têmperas e estirpes, assim está cheia a sua história de exemplos de abnegação e holocausto.

Na Côrte de Lisboa, vencido o primeiro impulso, meditára-se profundamente. O Conselho de Estado, mandado ouvir, aprovára o projecto, que em carta-régia de 15 de Abril de 1665 era participado ao Vice-Rei, em que El-Rei decidira obter a restituïção de Bombaim a troco de dinheiro, mandando que o Marquês de Sande sondasse Carlos II. «*El-Rey meu bom Irmão admite pratica de recompensa de dinheiro* — diz a carta-régia — *porem quer tão grandes quantias que chegarão a milhões*». O soberano inglês, *bom Irmão,* dispunha-se a negociar. Mas quando o Vice-Rei recebeu a carta, a entrega estava feita. Devia ter arrepelado os cabelos!...

Humphrey Cook, assim que, tomando as pedras do chão e apoiando as mãos nas paredes, se assegurou da posse da Ilha — desafivelou a máscara e, por debaixo da fardeta de governador, o antigo tendeiro surgiu, com a *vara na mão,* a consolidar o seu domínio. Um longo rosário de queixas e reclamações subiu a caminho de Lisboa, a começar na curiosa carta do Vice-Rei, de 5 de Janeiro de 1666. Havia em tudo uma parcela de verdade — descontada a sem-razão da mentalidade da época. Razão tinham os Portugueses quando se queixavam amargamente do esbulho violento de bens particulares e direitos seculares dos *foreiros,* que vinham já do tempo dos mahometanos. Razão tinham contra a ingerência abusiva nos direitos da aduana e na livre navegação da baía; contra a posse ilegítima da grande povoação de Mahim; e contra a expropriação injusta das casas e das terras daquela pobre viúva, D. Inês de Miranda, *Lady of the Island,* onde depois se ergueu a monumental cidade. E mais razão tinham contra o desbocado secretário britânico, um certo Henry Gary, «*hum terrivel hereje, capital inimigo da nação portuguesa e author de tudo*», segundo escrevia o Vice-Rei.

Mas não a tinham por certo contra o liberal acolhimento dado em Bombaim aos indús que fugiam do nosso baptismo forçado, e contra o livre contracto de trabalho conferido a operários e agricultores indígenas, até aí obrigados a trabalhar para os *fidalgos* de Baçaim, em regime de semi-escravidão; como a não tinham contra a confiscação dos avultados e nem sempre legítimos bens dos conventos ou contra o embargo às actividades escuras do Santo Ofício. Para o obscurantismo da época, a afronta era decerto grande; havemos porém de concordar que estavam os nossos recentes vizinhos na boa moral — e sobretudo no seu bom direito. O *Tratado do Casamento* não descera a minúcias nem previa tôdas as hipóteses. E que as previsse, a tôdas as queixas invariàvelmente respondia o governador inglês: «*Esta Ilha é de Sua Magestade o Rei da Inglaterra e só a Ela devo responsabilidade e obediencia*».

O Govêrno Português da Índia não se convencera que a cessão da Ilha, nos termos em que fôra feita no Tratado, era a posse inteira, completa e absoluta sob domínio britânico. Dessa incompreensão nasciam as nossas tentativas de reclamar e interferir. As queixas foram levadas ao conhecimento de S. M. Britânica em 1668. E diga-se para honra dos nossos aliados: o Rei de Inglaterra, como era de esperar da sua magnanimidade e bom senso, severamente ordenou que os prejudicados fôssem largamente recompensados e tôdas as satisfações dadas ao Vice-Rei. O Govêrno inglês negociou um *modus vivendi* com os antigos habitantes e foreiros da Ilha. E a insensatez atrabiliária de Humphrey Cook teve punição enérgica da parte do primeiro governador nomeado pela Corôa, sir Gervase Lucas, que o mandou prender por concussionário! Cook fugiu para Goa, escondido pelos jesuítas, pretendendo ainda, apoiado por estes, derru-

bar sir Gervase, apoderando-se de Bombaim. Declarado traidor à sua pátria, veio por fim a morrer num convento da Ilha de Salcete.

A cedência da Ilha de Bombaim aos ingleses, assegurando a sua supremacia, feria de morte as ambições holandesas, a quem não convinha o fortalecimento do domínio britânico no Oriente, fôssem quais fôssem os tratados de paz e amizade assinados na Europa: a diversidade e o antagonismo dos interêsses criavam situações inconciliáveis. E foi assim que os holandeses, que de início se aliavam aos ingleses para abater o nosso poderio, buscavam mais tarde a cooperação portuguesa contra os interêsses britânicos. Em 1666, um ano depois da entrega de Bombaim, ameaçavam os holandeses esta magnífica posição-base. E escrevia a El-Rei o Vice-Rei António de Melo de Castro: «*Primeiro que Vossa Magestade mande da Europa o remedio, lançarão os hollandezes dalli esta gente, porque me consta preparão huma poderosa armada para virem sitiar Bombaim. Eu avisei ha muito a Inofre Coque que primeiro me respondeu com grandes roncas e depois me pede socorro com grande humildade*».

Fecho o capítulo, pois que isto é já a história do domínio inglês em Bombaim e vai além do nosso propósito.

A profecia do Vice-Rei António de Melo de Castro realizou-se por inteiro: a Índia acabou-se para nós no mesmo dia em que se fez a entrega de Bombaim. Por largo tempo a piéguice nacional vibrou o diapasão do patriotismo afrontado. Mas no decorrer dos séculos, como na sucessão dos impérios, só a Realidade é soberana e só a ela prestará sempre a História o seu culto imarcessível. Como para os indivíduos, também para as nações a vida é uma «*course au flambeau*». Nós eramos a *velha* gente e, chegada a hora, teriamos irremediàvelmente de entregar o *Facho*...

Nas mãos dos nossos felizes aliados, Bombaim fez um salto maravilhoso. Onde está a velha aldeia de 11 casais portugueses, choupanas de tecto de colmo, sob o domínio duma viúva rica? Bombaim é hoje a terceira cidade comercial do Mundo, com uma população flutuante de mais de dois milhões de habitantes, formidável tráfego marítimo, todos os requintes de civilização e confôrto. Foram os ingleses que a fizeram. É ainda através de Bombaim que os velhos Portugueses da Índia se põem em contacto com o mundo, mercadejam, enriquecem. A humanidade ganhou um saldo positivo. E não é sem razão que o historiador James Douglas, numa sua magnífica e monumental obra, nos proporciona, para remate do nosso estudo, estes justificados conceitos:

«Na obra grandiosa de fundar Bombay sacrificaram-se, em menos de trinta anos, sete governadores, um embaixador e um almirante. Eram os tempos nebulosos em que o coração humano se acobardava e o tumultuar das raças era como o rugir das vagas em oceano encapelado. Terror dos mares, o Holandês chegára às portas do Tamisa e, portentoso em terra, o Grão-Mogol insultára a magestade britanica devolvendo os nossos embaixadores com as mãos atadas nas costas. Mas a tudo sobrevivemos. Havia uma Providência que velava pela infância da Cidade, que tornou o seu clima toleravel, rasgou caminhos despejando para povos esfomeados os celeiros da India, limpou os mares tornando-os livre serventia das nações do mundo. A Bombay acorreram, como a um asilo, gentes do Occidente, cada qual com os germens benéficos da sua religião e civilização. Todos foram bemvindos, e mais ninguem foi morto pelo seu credo. Com a vida e a propriedade garantidas, «*como nem na Europa*» no dizer de Lord Napier, os seus habitantes puderam dormir com as portas e janelas abertas. E dos limos

do oceano, numa ilha verdejante, surgiu uma cidade formosa e rica como Tyro, mais populosa que Alexandria ou Cartago.

«Para fundar uma tal cidade a Grã-Bretanha deu o melhor do seu sangue e, numa era em que a fome, a peste e as lutas intestinas devastavam um império, carriou abastecimentos, animou as trocas, amenizou hábitos de barbarie de raças mixtas, protegendo o desherdado contra a opressão do forte e promulgando leis igualitárias, sem olhar a côres ou crenças.

«No ambiente de insolvência moral da época, houve homens que respeitaram o direito e o praticaram, homens que mantiveram íntegro o espírito de tolerância e justiça e, acima de tudo, o espírito de independência e de liberdade herdado de seus antepassados, provando que o livre julgamento era mais seguro título de dominação que a espada de Filipe ou a Inquisição de Torquemada».

No domínio da espiritualidade e àparte o fanatismo religioso da época, não fez a Grã-Bretanha mais que intensificar as normas que regiam o império português no Oriente, guardada a distância dos tempos. Mas bem o frisa, com elevação de pensamento e requintado estilo, o historiador britânico. Tal era na verdade a cidade de quem, em 1674, o seu fundador, sir Gerald Aungier, dizia:

> «The city which, by God's assistance,
> I intended to be built».